

MERCOSUL/SGT Nº 3/ATA Nº 03/08

**XXXIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBGRUPO DE TRABALHO Nº 3
“REGULAMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE”**

Realizou-se na Cidade do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, no Palácio do Itamaraty, entre os dias 18 e 22 de agosto de 2008, a XXXIII Reunião Ordinária do SGT Nº 3 “Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade”, com a presença das Delegações da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

A Lista de Participantes consta no **Anexo I**.

Os temas tratados na Agenda constam no **Anexo II**.

O Resumo da Ata desta Reunião consta no **Anexo III**.

Nesta oportunidade não foram elevados Projetos de Resoluções ao GMC.

Os Projetos de Resolução que estão em consideração da Coordenação Nacional constam no seguinte Quadro:

Nº de P. Res.	Assunto	Observações
02/04 Rev. 1	RTM de Bombas Medidoras para Combustíveis Líquidos	Continua em consulta interna na Argentina e Paraguai. Brasil propõe prazo de dois anos para adequação.
17/01 Rev. 1	Requisitos essenciais MERCOSUL de Segurança para Produtos Elétricos de Baixa Tensão	Continua em consulta interna no Uruguai.

01/08	RTM sobre Corantes em Embalagens e Equipamentos Plásticos destinados a estar em contato com Alimentos (Revogação da Res. GMC N° 28/93)	Continua em consulta interna no Brasil. Argentina verificará se há observações. Paraguai e Uruguai não têm observações.
02/08	RTM sobre Requisitos Mínimos de Segurança e Eficiência Energética para Artefatos Domésticos que Utilizam Gás como Combustível	A Argentina apresentará suas observações na próxima reunião.
03/08	RTM sobre Cabos e Condutores Elétricos de baixa tensão	Continua em consulta interna no Brasil. Argentina e Uruguai encaminharam observações. Paraguai encaminhará observações.

As Resoluções que estão em processo de revisão nas Comissões constam no Quadro “Seguimento de solicitação de revisão das Resoluções GMC” (Anexo VI).

1.- APROVAÇÃO DA AGENDA E INSTRUTIVO PARA OS COORDENADORES DAS COMISSÕES

Aprovou-se a Agenda que consta do **Anexo II**. Com relação ao instrutivo para os Coordenadores das Comissões, este foi distribuído previamente por meio eletrônico e consta do **Anexo V**.

Relativo ao assunto *CLAIMS*, ficou acordado que o tema seria discutido somente pelos especialistas das delegações oficiais, sem a presença do setor privado. O resultado desta discussão foi apresentado na Plenária da Comissão de Alimentos, contando, nesta instância, com a presença do setor privado, o qual pôde opinar por meio dos respectivos Coordenadores.

2.- COOPERAÇÃO TÉCNICA

- MERCOSUL – UE

Após a XXXII Reunião Ordinária do SGT N° 3 “Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade” realizada em Buenos Aires, entre os dias 2 e 6 de junho, continuou-se trabalhando nos documentos tanto no SGT N° 6 como no SGT N° 3. Chegou-se a uma versão consensualizada e consolidada por ambos

SGT, a qual foi remetida ao Comitê de Cooperação Técnica por meio da PPTA e apresentada à União Européia no prazo previsto.

A Delegação do Brasil, no entanto, fez objeções ao documento por ocasião da XXXIII Reunião Extraordinária do GMC, que se realizou em Tucumán no final de junho.

Após negociações técnicas e políticas, o GMC aprovou a Resolução Nº 28/08 “Programa de Cooperação Econormas-MERCOSUL - Apoio ao Aprofundamento do Processo de Integração Econômica e ao Desenvolvimento Sustentável” **(Anexo XVI - versão eletrônica)**, conforme o Artigo 6º da Decisão CMC Nº 20/02, a qual foi remetida à Delegação Européia no Uruguai e Paraguai.

Segundo informado pela Delegação Européia à Unidade de Gestão do Projeto, designada pelo GMC, o Projeto ficou com seu tratamento suspenso na UE em virtude das observações brasileiras.

Conforme o Sr. Esteban Garcia de Motilola, a versão aprovada pelo GMC deverá ser revisada pela Comissão Européia, após o recesso na Europa. Estima-se que possa ser firmado o Convênio de Cooperação em abril de 2009, caso sejam aprovadas as modificações introduzidas.

Ainda segundo o representante europeu, seria importante seguir na definição e estruturação da Unidade de Gestão e elaboração do Plano Operativo Anual de 2009, de modo a ser possível a execução do projeto imediatamente após a assinatura do Convênio.

- MERCOSUL - PTB

A PPTB deu conhecimento às demais delegações sobre mensagem eletrônica da Sra. Ursula Flach, Coordenadora de Projetos de Cooperação Técnica do PTB, solicitando que, nesta reunião do SGT Nº 3, fossem indicados representantes dos Estados Partes para contato sobre o detalhamento e a realização do projeto de cooperação. Além disso, manifestou interesse na realização de uma reunião com estes representantes na primeira quinzena de setembro.

Com respeito à comunicação, os Coordenadores Nacionais acordaram que é conveniente que toda troca de informações seja feita por meio da PPTB e que se convide o representante do PTB para a próxima Reunião Ordinária, quando estarão presentes todos os Estados Partes.

3. ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO DO SGT Nº 3

Os Coordenadores Nacionais acordaram em incluir nos instrutivos da próxima reunião os seguintes itens:

- Os temas tratados nas Comissões devem ser mais detalhados nas respectivas Atas, para que reflitam: compromissos assumidos (envio de documentos e datas); acordos alcançados; pontos controversos; ações propostas para a próxima reunião; e eventuais mudanças realizadas com respeito ao programado nas reuniões anteriores;
- Reiterar a importância da troca de documentos previamente à reunião e instruir os Coordenadores de suas Comissões a confirmarem o recebimento da informação enviada pelos Estados Partes;
- Recordar aos Coordenadores das Comissões que devem elaborar na próxima reunião o Grau de Cumprimento do Programa de Trabalho 2008 e o Programa de Trabalho 2009.

4.- ANDAMENTO DAS RESOLUÇÕES GMC EM PROCESSO DE REVISÃO

O documento atualizado, até a presente data, consta no **Anexo VI**.

5.- REUNIÃO COM A AMN

A reunião do SGT Nº 3 com a AMN não se realizou em função da impossibilidade de comparecimento da Sra. Eliane Rodrigues, representante dessa Associação. Assim mesmo, a PPTB entregou em meio físico e em CD o documento encaminhado pela AMN fornecendo informações atualizadas das Normas a cada delegação (**Anexo VII**).

A PPTB solicitará a AMN o status das normas NM 247-5-2002 (PVC – cordões), NM 280-2-2002 (condutores de cabos isolados) e NM 244-2000 (PVC ou borracha) por serem as normas incorporadas aos regulamentos; e ainda o status atual das normas de válvulas para cilindros de gás natural veicular.

6.- INCORPORAÇÃO DE RESOLUÇÕES GMC AO OJN

O quadro atualizado (Comissão de Metrologia) consta no **Anexo VIII**.

7.- ENTREGA DAS ATAS DAS COMISSÕES

7.1. Comissão de Gás

Os Coordenadores Nacionais analisaram a Ata da reunião da Comissão de Gás, a qual foi aprovada e consta no **Anexo IX**.

7.2. Comissão de Avaliação da Conformidade

Os Coordenadores Nacionais analisaram a Ata da reunião da Comissão de Avaliação da Conformidade, a qual foi aprovada e consta no **Anexo X**.

7.3. Comissão de Segurança de Produtos Elétricos

Os Coordenadores Nacionais analisaram a Ata da reunião da Comissão de Segurança de Produtos Elétricos, a qual foi aprovada e consta no **Anexo XI**.

7.4. Comissão de Metrologia

Os Coordenadores Nacionais analisaram a Ata da reunião da Comissão de Metrologia, a qual foi aprovada pelo Brasil, Paraguai e Uruguai. A Delegação da Argentina não aprovou a parte correspondente à Pré-Medidos. A Ata consta no **Anexo XII**.

7.5. Comissão de Alimentos

Os Coordenadores Nacionais analisaram a Ata da reunião da Comissão de Alimentos, a qual foi aprovada e consta no **Anexo XIII**. A mesma está ad referendum do Paraguai.

8.- OUTROS

- Solicitação de revisão da Res. GMC Nº 73/97 - RTM de atribuição de Aditivos Alimentares em Produtos Cárneos

O Brasil encaminhou proposta de inclusão de aditivos alimentares em produtos cárneos, com as devidas justificativas técnicas, no prazo acordado na Ata Nº 02/08.

A delegação do Paraguai manifestou concordância com a proposta brasileira. As delegações da Argentina e do Uruguai ainda estão realizando consultas nos órgãos competentes de seus países e se comprometeram a dar resposta na próxima reunião ordinária.

- OIML

A delegação do Brasil informou que o *Sistema de Certificação para Instrumentos de Medição OIML* foi introduzido em 1991 para facilitar a harmonização dos procedimentos de aprovação de modelo de instrumentos de medição. O *Sistema* prevê a possibilidade para um fabricante obter um Certificado e Relatório de Ensaio OIML indicando que um dado modelo de instrumento atende aos requisitos das Recomendações Internacionais OIML pertinentes, que são aplicáveis dentro do *Sistema*. A publicação da OIML que trata do Sistema é o documento OIML B3 - Sistema de Certificados OIML para Instrumentos de Medição. Não se trata de um Acordo de Reconhecimento Mútuo, somente uma intenção.

Trata-se de um Sistema de caráter voluntário onde os países membros informam a OIML que estão em condições de realizar os ensaios previstos em uma determinada Recomendação, por solicitação do fabricante, emitindo posteriormente o Certificado, segundo o modelo padronizado e, encaminhando ao BML para registro da OIML.

Não existe obrigação para os Estados Membros da OIML em aceitar ou reconhecer os Relatórios de Ensaio e os Certificados associados do Sistema.

- Brinquedos

A delegação do Brasil informou sobre a situação de brinquedos no país, informando sobre os vários *recalls* ocorridos, inclusive na semana anterior a esta reunião, mostrando que o problema de brinquedos ainda não acabou, ou seja, o risco à saúde das crianças no Brasil continua.

A delegação do Brasil encaminhou Nota Técnica e proposta de Procedimento de Certificação, em que a idéia é flexibilizar e harmonizar os critérios, permitindo utilizar o Modelo 5 para produtos importados. Hoje, no Brasil, apenas o Modelo 7 pode ser utilizado para produtos importados. A idéia não é prejudicar a indústria, e sim proteger os consumidores, em especial, as crianças, considerando a grave situação de risco à saúde destas.

A delegação do Brasil informou que colocará o documento sobre Procedimento de Certificação em Consulta Pública na semana posterior a reunião, e, tão logo chegue ao consenso no MERCOSUL, revogará a nova Portaria e internalizará a Resolução harmonizada.

A respeito da proposta de modificação do PAC encaminhada pela delegação do Brasil, a delegação do Uruguai manifestou que não tem possibilidade de acompanhar modificações que tornem mais exigentes o mesmo. As características do mercado uruguaio de brinquedos não permitem aceitar as modificações.

A delegação da Argentina considerou que a proposta de Procedimento de Certificação a ser submetida pelo Brasil à consulta interna é um ato unilateral.

Assim mesmo, assinalou que esta proposta não contém elementos de flexibilização tao somente elimina a discriminação entre produtos nacionais e importados mas, tal como está apresentada essa proposta é um tratamento menos favorável para o MERCOSUL com relação a terceiros países.

Antes de pronunciar-se sobre a eventual possibilidade de revisão do RTM, a Delegação Argentina solicitou ao Brasil esclarecimento sobre qual será sua posição para o período de transição, até que seja harmonizado um novo regulamento MERCOSUL.

- Harmonização de critérios para a coleta de produtos têxteis

A delegação brasileira apresentou uma proposta de critérios para coleta de produtos têxteis. As demais delegações concordaram em dar início ao tratamento do tema. Assim, o Grupo Técnico de têxteis deverá ser convocado para próxima Reunião Ordinária. As demais delegações deverão encaminhar comentários à proposta apresentada até 30 dias antes da próxima Reunião Ordinária.

- Pré-Medidos: Exceções na Res. GMC Nº 93/94 “Espaços vazios em embalagens opacas rígidas” e Exceções a Res. GMC Nº 07/08 “Regulamento Técnico MERCOSUL sobre Controle Metrológico de Produtos Pré-Medidos Comercializados em Unidades de Massa e Volume de Conteúdo Nominal Igual”

A delegação brasileira apresentou justificativa técnica sobre exceções às Resoluções GMC Nº 93/94 e 07/08, que consta no **Anexo XIV**.

As demais delegações comprometeram-se a avaliar a solicitação brasileira e se pronunciarão na próxima Reunião Ordinária.

- Pré-Medidos: Solicitação de revisão da Res. GMC Nº 26/99 “Amostragem e tolerância de produtos pré-medidos comercializados em unidades de massa de valor nominal desigual”

A delegação do Brasil solicitou a revisão da Resolução GMC Nº 26/99 por meio do formulário de revisão de Resoluções com as devidas justificativas.

Os coordenadores da Comissão de Metrologia foram autorizados pelos Coordenadores Nacionais a trocar idéias sobre a solicitação de revisão da Resolução GMC Nº 26/99, de forma a subsidiar a decisão dos Coordenadores Nacionais sobre o prosseguimento da discussão do tema.

- Res. GMC Nº 11/06 Regulamento Técnico MERCOSUL sobre “Lista Geral Harmonizada de Aditivos Alimentares e suas Classes Funcionais”

A delegação brasileira encaminhou a lista das frutas para as quais tem necessidade de regulamentação interna do aditivo cera de polietileno oxidada, para aplicação na superfície de frutas, com limite “quantum satis”, conforme compromisso da Ata 02/08.

A delegação brasileira reiterou sua proposta de inclusão do aditivo cera de polietileno oxidada na Res. GMC Nº 11/06 “Lista Geral Harmonizada de Aditivos Alimentares”. Entretanto, não concordou com a proposta argentina de que as restrições de uso desse aditivo constem em uma resolução específica por não se tratar de categoria harmonizada.

A delegação uruguaia manifesta que a inclusão solicitada pelo Brasil não é possível sem uma revisão da Res. GMC Nº 11/06, a qual não é oportuna neste momento. Para regulamentar o uso do aditivo pedido pelo Brasil, a delegação entende que é necessária uma resolução específica para este fim (este aditivo nesses produtos).

A delegação argentina concorda com a posição do Uruguai e adicionalmente assinala que as restrições de uso do aditivo em questão não implicam na harmonização de uma categoria de alimentos.

- Informe do Paraguai sobre o *status* outorgado pelo JECFA ao “Steviol Glicosídeo”

A delegação do Paraguai apresentou o informe da 69ª Reunião do Comitê de Especialistas FAO/OMS em Aditivos Alimentares (JECFA), ocorrida de 17 a 26 de julho de 2008, sobre a avaliação do Steviol Glicosídeo, enfatizando a importância de sua inclusão na Lista de Aditivos do CODEX Alimentarius.

O documento apresentado pelo Paraguai consta no **Anexo XV**.

- ALADI

Os Coordenadores Nacionais ressaltaram a necessidade de trabalhar de forma conjunta no âmbito do SGT Nº 3 a fim de que o MERCOSUL tenha uma posição comum acerca do Acordo Regional 08, da ALADI.

- Atualização da Estrutura do SGT Nº 3

A atualização da Estrutura do SGT Nº 3 será realizada na próxima Reunião Ordinária.

- Avaliação e fortalecimento das capacidades nacionais e sub-regional para implementação do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Etiquetagem de químicos (GHS)

A delegação brasileira apresentou, a pedido da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), a minuta do projeto “Avaliação e fortalecimento das capacidades nacionais e sub-regional para implementação do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Etiquetagem de Químicos (GHS)”. A chancelaria brasileira julgou pertinente a apresentação desse tema no âmbito não apenas do SGT Nº 3 como também de outros Subgrupos, dada a interdisciplinaridade dos assuntos abordados no referido projeto.

As demais delegações consideraram que as ofertas e demandas de projetos de cooperação no MERCOSUL devem ser canalizados ao foro técnico por meio dos órgãos correspondentes de acordo ao estabelecido na Res. GMC Nº 57/05 “Regulamento do Comitê de Cooperação Técnica e Procedimentos para a Cooperação no MERCOSUL”.

PRÓXIMA REUNIÃO

Acordou-se fixar a XXXIV Reunião Ordinária na cidade de Rio de Janeiro entre os dias 10 a 14 de novembro de 2008, convocando as Comissões e os Grupos de Trabalho que figuram no cronograma da reunião.

A Agenda e o Cronograma da próxima reunião constam no **Anexo XVII**.

AGRADECIMENTOS

Os Coordenadores Nacionais agradeceram especialmente o eficiente trabalho desenvolvido pelas funcionárias Irene Kutscher e Marcy Hottum do Setor de Normativa, Documentação e Divulgação da Secretaria do Mercosul que, pelo seu esforço e experiência, permitiram finalizar em tempo e forma a reunião e a todos os colaboradores do Brasil que deram suporte a esta Reunião.

LISTA DE ANEXOS

Os Anexos que formam parte da presente Ata são os seguintes:

Anexo I	Lista de participantes
Anexo II	Agenda
Anexo III	Resumo da Ata
Anexo IV/A	Projetos de norma ao GMC – Não se elevam
Anexo IV/B	Projetos de norma em Consulta Interna – Não foram

	apresentados novos projetos a CI
Anexo V	Instrutivo
Anexo VI	Quadro de andamento das Resoluções em revisão
Anexo VII	Documento elaborado pela AMN
Anexo VIII	Quadro de incorporação ao OJN
Anexo IX	Ata – Comissão de Gás
Anexo X	Ata – Comissão de Avaliação da Conformidade
Anexo XI	Ata – Comissão de Segurança de Produtos Elétricos
Anexo XII	Ata – Comissão de Metrologia
Anexo XIII	Ata – Comissão de Alimentos
Anexo XIV	Justificativa técnica sobre exceções às Resoluções GMC N° 93/94 e 07/08
Anexo XV	Informe da 69ª Reunião do Comitê de Especialistas FAO/OMS em Aditivos Alimentares (JECFA), apresentado pelo Paraguai
Anexo XVI	Resolução N° 28/08 Programa de Cooperação Econormas-MERCOSUL - Apoio ao aprofundamento do processo de integração econômica e ao desenvolvimento sustentável (<i>versão eletrônica</i>)
Anexo XVII	Agenda e Cronograma da próxima reunião

Pela Delegação da Argentina
María Juana Rivera

Pela Delegação do Brasil
Jorge Antônio da Paz Cruz

Pela Delegação do Paraguai
Lilian Martinez de Alonso

Pela Delegação do Uruguai
José Luis Heijo

Pela Delegação da Venezuela
Gonzalo González Giraldez

XXXIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO SGT Nº 3
“REGULAMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE”
Rio de Janeiro, 18 a 22 de agosto de 2008
ATA 03/08

ANEXO I

LISTA DE PARTICIPANTES

DELEGAÇÃO DA ARGENTINA

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONES
Maria Juana Rivera	SCI - Ministerio de Economía y Producción	jriver@mecon.gov.ar	(005411) 43494037/4067
Claudia Lopez	SCI - Ministerio de Economía y Producción	clalop@mecon.gov.ar	(005411) 43494081
Mario Nicastro	SPE - Ministerio de Economía y Producción	mnica@mecon.gov.ar	(005411) 43495744
Patricia Bluske	Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto	bps@mrecic.gov.ar	(005411) 48197878

DELEGAÇÃO DO BRASIL

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONES
Jorge Antonio da Paz Cruz	INMETRO	jacruz@inmetro.gov.br	(0055 21) 25632821
Maria Manuela Mota dos Santos	INMETRO	mmsantos@inmetro.gov.br	(0055 21) 25632807
Lidia Kazue Sato	SECEX/MDIC	lidia.sato@desenvolvimento.gov.br	(005561) 21097935
Pollyanna Rodrigues Costa	ANVISA	articula.rel@anvisa.gov.br	(005561) 34481078
Luciana Marelli Mofati	INMETRO	Immofati@inmetro.gov.br	(005521) 25632904
Maria Cristina Corrêa de Sá e Benavides	INMETRO	mcbenavides@inmetro.gov.br	(005521) 25632908

Adriano Braga de Melo	INMETRO	abmelo@inmetro.gov.br	(005521) 25632817
Marcelo Azevedo de Araújo	MRE	maarau@mre.gov.br	(005561) 34416145

DELEGAÇÃO DO PARAGUAI

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONES
Lilian Martínez de Alonso	INTN	normasint@intn.gov.py	(00595-21) 290160
Aída Romero	MIC	aromero@mic.gov.py	(00595-21) 6163284
Alicia Pérez	Ministerio de Relaciones Exteriores	aperez@mre.gov.py	(00595-21) 498675

DELEGAÇÃO DO URUGUAI

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONES
José Luis Heijo	MIEM-DNI	jose.heijo@dni.miem.gub.uy	(00598-2) 916.3551
Annamaria Narizano	LATU	anarizan@latu.org.uy	(00598-2) 601. 3724 (int 356)

DELEGAÇÃO DA VENEZUELA

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONES
Gonzalo González Giraldez	SENCAMER	gonzalog3@gmail.com	(0058-212- 7032044)
Mary Alejandra Solís	SENCAMER	luna123@gmail.com	(0058-212- 7032078)

XXXIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO SGT Nº 3
“REGULAMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE”
Rio de Janeiro, 18 a 22 de agosto de 2008
ATA 03/08

ANEXO II

Agenda

TEMA	DIA E HORA
1.- APROVAÇÃO DA AGENDA E INSTRUTIVO PARA OS COORDENADORES DAS COMISSÕES.	Segunda, 14h
2.- PROJETOS DE RESOLUÇÃO que retornam da CONSULTA INTERNA e do âmbito dos Coordenadores Nacionais: P. Res. Nº 02/04 Rev. 1 - RTM de Bombas Medidoras para Combustíveis Líquidos P. Res. Nº 02/08 - RTM sobre Requisitos Mínimos de Segurança e Eficiência Energética para Aparelhos Domésticos que utilizam Gás como Combustível P. Res. Nº 03/08 - RTM sobre Cabos e Condutores Elétricos de baixa tensão P. Res. Nº 01/08 - RTM sobre Corantes em Embalagens e Equipamentos Plásticos destinados a estar em contato com Alimentos (Revogação da Res. GMC Nº 28/93) P. Res. Nº 17/01 Rev. 1 - Requisitos essenciais MERCOSUL de Segurança para Produtos Elétricos de Baixa Tensão	Segunda, 16h
3.- COOPERAÇÃO TÉCNICA -MERCOSUL/UE. -MERCOSUL/PTB	Segunda 17h Segunda Segunda
4.- ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO DO SGT Nº 3.	Terça, 10h
5.- ANDAMENTO DAS RES GMC EM PROCESSO DE REVISÃO	Terça, 11h
6.- REUNIÃO COM A AMN	Terça, 14h
7.- INCORPORAÇÃO DE RESOLUÇÕES GMC AO OJN	Terça, 16h
8.- RECEBIMENTO DAS ATAS: - GÁS - AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE - SEGURANÇA DE PRODUTOS ELÉTRICOS - METROLOGIA - ALIMENTOS	Quinta, 9h Quinta, 10h Quinta, 11h Quinta, 14h Quinta, 16h
9.- OUTROS. - Solicitação de revisão da Res. GMC Nº 73/97 RTM de Atribuição de Aditivos Alimentares em Produtos Carneos - OIML - Brinquedos - Harmonização de critérios para a coleta de produtos têxteis - Pré-Medidos: Exceções na Res. GMC Nº 93/94 “Espaços vazios em embalagens opacas rígidas”	Quarta, 8h30min Quarta, 9h30min Quarta, 10h Quarta, 14h Segunda, 17h

-Exceções a Res. GMC Nº 07/08 “RTM sobre controle metrológico de produtos (...)” - Pré-Medidos: Solicitação de revisão da Res. GMC Nº 26/99 “Amostragem e tolerância de produtos pré-medidos comercializados em unidades de massa de valor nominal desigual” - Res. GMC Nº 11/06 “Regulamento Técnico MERCOSUL sobre “Lista Geral Harmonizada de Aditivos Alimentares e suas Classes Funcionais” - Informe do Paraguai sobre o <i>status</i> outorgado pelo JECFA ao “Steviol Glicosídeo” - ALADI - Atualização da Estrutura do SGT Nº 3 - Avaliação e fortalecimento das capacidades nacionais e sub-regional para implementação do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Etiquetagem de químicos (GHS)	Segunda, 15h
	Quarta, 16h
	Quarta, 17h
10.- ATA DA REUNIÃO	Sexta, 8h30min
11.- PRÓXIMA REUNIÃO	

Cronograma

COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	SEGUNDA		TERÇA		QUARTA		QUINTA		SEXTA	
	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T
Coordenação Nacional		X	X	X	X	X	X	X	X	
Comissão de Alimentos	X	X	X	X	X	X	X	Ata		
Comissão de Metrologia (Instrumentos)	X	X	X	X	X	X	X	Ata		
Comissão de Metrologia (Pré-medidos)	X	X	X	X	X	X	X			
Comissão de Gás	X	X	X	X	X	X	Ata			
Comissão de Avaliação da Conformidade	X	X	X	X	X	X	Ata			
Comissão Segurança de Produtos Elétricos	X	X	X	X	X	X	Ata			

Observações: O horário das Comissões e da Coordenação Nacional é das 9h às 18 horas e a finalização e horários de entrega das Atas figura na agenda dos Coordenadores Nacionais. A Plenária da Coordenação Nacional terá início às 14h no dia 18/08/2008.

XXXIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO SGT Nº 3
“REGULAMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE”
Rio de Janeiro, 18 a 22 de agosto de 2008
ATA 03/08

ANEXO III

RESUMO DA ATA

I- BREVE INDICAÇÃO DOS TEMAS TRATADOS

Foram tratados todos os temas da Agenda, que consta no Anexo II da Ata Nº 03/08 da XXXIII Reunião do SGT Nº 3.

II- PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Não foram elevados projetos de Resolução

III- DOCUMENTOS ELEVADOS Á CONSIDERAÇÃO DO GMC

Não se elevam.

IV- SOLICITAÇÕES

Não se efetuaram solicitações ao GMC.

**XXXIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBGRUPO DE TRABALHO N° 3
“REGULAMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÃO DA
CONFORMIDADE”**

ATA N° 03/08

ANEXO IV-A

Não se elevam projetos de normas ao GMC

Rio de Janeiro, 18 a 22 de agosto de 2008

**XXXIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBGRUPO DE TRABALHO N° 3
“REGULAMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÃO DA
CONFORMIDADE”**

ATA N° 03/08

ANEXO IV-B

Não se elevam novos projetos de normas a Consulta Interna

Rio de Janeiro, 18 a 22 de agosto de 2008

XXXIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO SGT Nº 3
“REGULAMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE”
Rio de Janeiro, 18 a 22 de agosto de 2008
ATA 03/08

ANEXO V

**INSTRUÇÕES DOS COORDENADORES NACIONAIS DO SGT Nº 3 PARA OS
COORDENADORES DAS COMISSÕES**

I – Informação do GMC em sua LXXII Reunião Ordinária (19 a 20/06/2008)

O GMC aprovou a Res. Nº 07/08 “RTM sobre controle metrológico de produtos pré-medidos comercializados em unidades de massa e volume de conteúdo nominal igual (Revogação das Res. GMC Nº 91/94 e 58/99)”.

II - INSTRUÇÕES GERAIS DOS COORDENADORES NACIONAIS

2.1 – Instruções Gerais

Os Coordenadores de Comissões/Grupos de Trabalho deverão:

- a)** Elaborar a Ata seguindo o formato estabelecido pelo Anexo I da Res. GMC Nº 26/01, no idioma do Estado Parte em exercício da Presidência Pro Tempore, ainda agregando à mesma a Planilha “Grau de Avanço”, aprovada pelos Coordenadores Nacionais em sua XXVII Reunião Ordinária (06 a 08 de junho de 2007);
- b)** Quando for necessário o intercâmbio de documentos de trabalho prévio à próxima reunião, deve-se determinar, salvo situações excepcionais, um prazo de 30 dias antes da realização da mesma, a fim de que os mesmos possam ser analisados.
- c)** Quando forem iniciados os trabalhos de elaboração de um RTM ou PAC ou a Revisão dos mesmos, devem ser identificados os itens onde não haja consenso e estes deverão ser discutidos em primeiro lugar. Não sendo possível alcançar o consenso, os itens deverão ser elevados a Plenária dos Coordenadores Nacionais, onde aguardarão um posicionamento. Somente depois darão seqüências às respectivas negociações;
- d)** Indicar, nos Projetos de Resolução elaborados, os Organismos Nacionais responsáveis pela incorporação dos RTM em cada Estado Parte;
- e)** Quando algum Estado Parte solicitar revisão das Resoluções GMC, a solicitação deverá ocorrer somente através da Plenária do SGT Nº 3;
- f)** Os Coordenadores Nacionais acordaram que, na elaboração dos Projetos de Resolução de RTM, os “Requisitos Técnicos e Procedimentos de Avaliação da Conformidade (PAC)” farão parte conjuntamente do RTM. Nos casos em que a complexidade do PAC necessitar, este poderá constituir um anexo separado dentro do corpo do Projeto de Resolução. As comissões e Grupos de Trabalho deverão definir e acordar a estrutura ao início do processo de harmonização (Ata 02/08 - XXXII RO SGT Nº 3)

g) Os Coordenadores Nacionais, durante a XXXII RO SGT N°3, instruíram as Comissões a dar cumprimento aos artigos 26 e 27 da Dec. CMC N° 04/91 “Regulamento Interno do Grupo Mercado Comum” que estabelecem:

Artigo 26 - Os subgrupos de trabalho e as comissões poderão desenvolver suas atividades em duas etapas, uma preparatória e outra decisória. Na etapa preparatória, os subgrupos de trabalho poderão solicitar a participação de representantes do setor privado. A etapa decisória estará reservada exclusivamente aos representantes de cada Estado Parte.

Artigo 27 - Na etapa preparatória, os subgrupos de trabalho, também, poderão promover, juntamente com o setor privado, seminários que tendam a ampliar a análise dos temas tratados. As datas dos seminários deverão ser comunicadas com, pelo menos, 3 (trinta) dias de antecedência à Secretaria Administrativa do Grupo Mercado Comum, a qual as dará ao conhecimento das Seções Nacionais. No caso em que a Seção Nacional não formule objeções dentro de 8 (oito) dias após efetuada a comunicação, dar-se-á por aprovada a realização do seminário.

2.2 – Instruções Específicas

a) Comissão de Gás

A Comissão deverá analisar e definir claramente a relação do título do documento *Procedimiento de Evaluación de la Conformidad para Cilindros contenedores de GNC (PEC)* com o conteúdo do mesmo (Item 1 da Ata 02/08 – Comissão de Gás).

b) Comissão de Avaliação da Conformidade

A Comissão deverá contemplar no Documento “*Lineamientos generales para la Evaluación Conjunta, entre las Autoridades Competentes, de los procesos de designación de Organismos de Evaluación de la Conformidad (OEC)*” – agregado IV, Ata 02/08 CAC, todos os Organismos de Avaliação da Conformidade, tanto os designados pela autoridade oficial competente como a própria autoridade executora.

c) Comissão de Alimentos

Aguardar instrutivo sobre a participação do setor privado, que será discutida no dia 18/08/2008, na plenária dos Coordenadores Nacionais.

III - HORÁRIO DE TRABALHO

A reunião ocorrerá entre os dias 18 e 22 de agosto de 2008, das 9h às 18h, com intervalo de 12h às 14h para almoço. A Plenária da Coordenação Nacional terá início às 14h no dia 18/08/2008.

É solicitado aos Coordenadores que estejam disponíveis nos horários mencionados, para quaisquer consultas dos Coordenadores Nacionais.

IV - ENTREGA DAS ATAS

Os Coordenadores das Comissões/GTs se reunirão com os Coordenadores Nacionais para analisar os avanços obtidos nesta reunião, os Projetos de Resolução, a necessidade de Reuniões Extraordinárias, a Agenda para a próxima Reunião e avaliar as ações para o bom funcionamento de cada foro técnico do SGT N° 3. Neste sentido, convocam-se os Coordenadores nas datas e horários a seguir indicados:

COMISSÃO/GT	DATA	HORA
Comissão de Gás	21/08/08	09h
Comissão de Avaliação da Conformidade	21/08/08	10h
Comissão de Segurança de Produtos Elétricos	21/08/08	11h
Comissão de Metrologia	21/08/08	14h
Comissão de Alimentos	21/08/08	16h

SEGUIMIENTO DE LAS SOLICITUDES DE REVISIÓN de las Res GMC, actualizadas el 22/08/08. -AUTORIZADAS-

RES GMC N°	DESCRIPCIÓN	ESTADO PARTE SOLICITANTE	ÓRGANO Y FECHA DE SOLICITUD DE LA REVISIÓN	ÓRGANO Y FECHA DE LA AUTORIZACIÓN	FORO TECNICO	ANTECEDENTES
30/92 36/92 32/97 33/97	Envases y equipamientos plásticos en contacto con Alimentos: Clasificación de Alimentos y Simulantes.	AR	SGT N° 3 XXVI Reunión 16 al 20/10/06	SGT N° 3 XXVI Reunión 16 al 20/10/06	Alimentos	Acta 03/06, se incluye en el Programa de Trabajo 2007 de la Comisión de Alimentos. Continúa en el Programa de Trabajo 2008. Acta 01/08: No tratado. Grado de avance: 1
57/92 51/97 60/05	Documentación de las solicitudes de aprobación de modelos de instrumentos de medición y resoluciones conexas	AR/BR	SGT N° 3 XII Reunión 15 al 17/8/05	SGT N° 3 XXIII Reunión 7 al 11/11/05	Metrología	Acta 03/06, la Comisión planteó la necesidad de la revisión conjunta con la Res GMC N° 51/97 y 60/05 por estar vinculadas. Se incluye en el Programa de Trabajo 2008. Actas Nos. 01/08 y 02/08 No tratado.
28/93	RTM Disposiciones sobre colorantes y pigmentos en envases y equipamientos plásticos en contacto con alimentos.	AR	SGT N° 3 XXVI Reunión 16 al 20/10/06	SGT N° 3 XXVI Reunión 16 al 20/10/06	Alimentos	Acta 03/06, se incluye en el Programa de Trabajo 2007. Acta 01/07: Grado de avance 1. Acta 02/07 Grado de avance 2. Acta 03/07 Grado de avance: 3. Continúa en el Programa de Trabajo 2008. Acta 01/08 Grado de avance 3. Acta 02/08 Grado de Avance: 5. En Consulta Interna.
84/93	Definiciones de funciones de coadyuvantes de tecnología	AR	SGT N° 3 XXVI Reunión 16 al 20/10/06	SGT N° 3 XXVI Reunión 16 al 20/10/06	Alimentos	Acta 03/06, se incluye en el Programa de Trabajo 2007 de la Comisión de Alimentos. Cont. en el Programa de Trabajo 2008. Acta 01/08 No tratado. Grado de avance: 1. Acta 03/08 Grado de avance 2.
40/94	Identidad y calidad de pescado fresco	PA	GMC LV Reunión 7 y 8/10/04	GMC LV Reunión 7 y 8/10/04	Alimentos	Acta 1/05 se solicitó a PY a presentar sus observaciones.
74/94	Limites máximos de residuos de plaguicidas	BR RT de Incorporación	GMC XXXVII Reunión 4 y 5/04/00	GMC XXXVII Reunión 4 y 5/04/00	Alimentos	Ata 1/02 de Alimentos. Brasil remitirá P. Res. hasta 31/12/02. Acta 3/02 y 03/04 CA, continua su tratamiento. AR y UY estudiarán el tema. BR enviará nueva propuesta. CA Acta 1/05.

RES GMC Nº	DESCRIPCIÓN	ESTADO PARTE SOLICITANTE	ÓRGANO Y FECHA DE SOLICITUD DE LA REVISIÓN	ÓRGANO Y FECHA DE LA AUTORIZACIÓN	FORO TECNICO	ANTECEDENTES
98/94	Identidad y calidad de ajo	BR/PA GT de Incorporación	GMC XXXIX Reunión 27 al 29/09/00	GMC XXXIX Reunión 27 al 29/09/00	Alimentos	Productos In Natura: ver ítem 3 da Acta Nº 02/01 de Alimentos Acta 3/02 CA: Paraguay presento propuesta de revisión. En análisis en Coordinadores Nacionales. Acta 1/05 de Coordinadores Nacionales, vuelve a la CA a fin de elaborar un RT de criterios generales para todos los productos In Natura..
99/94	Identidad y calidad de tomate	PA GT de Incorporación	GMC XXXIX Reunión 27 al 29/09/00	GMC XXXIX Reunión 27 al 29/09/00	Alimentos	Acta 3/02 CA: Py presento propuesta de rev. En análisis en CN Acta 1/05 de CN, vuelve a la CA a fin de elaborar un RT de criterios generales para todos los productos In Natura. Acta 01/07: En CI. Acta 02/07: Regresa de CI con obs. de Br. Regresa a la CA excepto el punto 8 que quedará en CN. Acta 02/07 de la CA: consenso en los puntos observados. Acta 03/07 No se acordó mantener o eliminar el punto 8. Queda en CN y se espera propuesta de Br. Acta 04/07 Propuesta de Br de rev. de la Res GMC Nº 23/94 que se analizará en la próx. Reuní. Acta 02/08: Los CN acordaron suspender el tratamiento del proyecto hasta que se resuelva el tema de residuos de plaguicidas.
100/94	Identidad y calidad de cebolla destinada al consumo "in natura"	PA GT de Incorporación	GMC XXXIX Reunión 28 y 29/09/00	GMC XXXIX Reunión 28 y 29/09/00	Alimentos	Productos In Natura: ver ítem 3 da Ata Nº 02/01 de Alimentos. Acta 3/02 CA: Paraguay presento propuesta de revisión. En análisis en Coordinadores Nacionales. Acta 1/05 de Coordinadores Nacionales, vuelve a la CA a fin de elaborar un RT de criterios generales para todos los productos In Natura.
102/94	Limites máximos de tolerancia para contaminantes inorgánicos.	AR	SGT Nº 3 XXVI Reunión 16 al 20/10/06	SGT Nº 3 XXVI Reunión 16 al 20/10/06	Alimentos	Acta 03/06, se incluye en Programa de Trabajo 2007. Acta 02/07 Grado de avance 2. Acta 03/07 Grado de avance 3. Cont.I Programa de Trabajo 2008 Acta 01/08 Grado de avance:3. Acta 2/08 Grado de avance: 3.
85/96	Identidad y calidad de Frutilla	PA GT de Incorporación	GMC XXXIX Reunión 27 al 29/09/00	GMC XXXIX Reunión 27 al 29/09/00	Alimentos	Productos In Natura: ver ítem 3 del Acta Nº 02/01 de Alimentos. No se incorpora al Programa de trabajo. Ata 3/02 CA: Promover intercambio por medio electrónico, con vista a su conclusión en la próxima reunión. En análisis en Coordinadores Nacionales. Acta 1/05 de Coordinadores Nacionales, vuelve a la CA a fin de elaborar un RT de criterios generales para todos los productos In Natura
86/96	RTM sobre incorporación de aditivos alimentarios a ser empleados según las buenas prácticas de fabricación (BPF).	AR	SGT Nº 3 XXVI Reunión 16 al 20/10/06	SGT Nº 3 XXVI Reunión 16 al 20/10/06	Alimentos	Acta 03/06, se incluye en el Programa de Trabajo 2007. Acta 01/07: Grado de avance 2. Acta 02/07: Grado de avance 3. Acta 03/07 Grado de avance: 4. Continúa en el Programa de Trabajo 2008. Acta 01/08 Grado de avance 3. Acta 02/08 Grado de avance: 3.

RES GMC Nº	DESCRIPCIÓN	ESTADO PARTE SOLICITANTE	ÓRGANO Y FECHA DE SOLICITUD DE LA REVISIÓN	ÓRGANO Y FECHA DE LA AUTORIZACIÓN	FORO TECNICO	ANTECEDENTES
117/96	Identidad y calidad de da manzana	PA GT de Incorporación	GMC XXXIX Reunión 27 al 29/09/00	GMC XXXIX Reunión 27 al 29/09/00	Alimentos	Produtos In Natura: ver item 3 del Acta Nº 02/01 de Alimentos. No se incorpora tempor. al Programa de Trabajo. Brasil enviará propuesta de revisión para análisis en próxima reunión. En análisis en Coordinadores Nacionales. Acta 1/05 de Coordinadores Nacionales, vuelve a la CA a fin de elaborar un RT de criterios generales para todos los productos In Natura
118/96	Identidad y calidad de pera	PA GT de Incorporación	GMC XXXIX Reunión 27 al 29/09/00	GMC XXXIX Reunión 27 al 29/09/00	Alimentos	Produtos In Natura: ver item 3 del Acta Nº 02/01 de Alimentos. No se incorpora tempor. al Programa de Trabajo. Se inició su revisión. En análisis en Coordinadores Nacionales. Acta 1/05 de Coordinadores Nacionales, vuelve a la CA a fin de elaborar un RT de criterios generales para todos los productos In Natura
128/96	Límites máximos de emisión de gases para vehículos automotor	AR	GMC XXXVI Reunión 16 al 18/11/99	GMC XLVII Reunión 10 y 11/10/02	Industria Automotriz	
142/96	Identidad y calidad de pimiento	PA GT de Incorporación	GMC XXXIX Reunión 27 al 29/09/00	GMC XXXIX Reunión 27 al 29/00	Alimentos	Productos In Natura: ver item 3 del Acta Nº 2/01 de Alimentos. No se incorpora tempor. al Programa de Trabajo. Acta 3/02 CA: Paraguay presentó propuesta de revisión. Acta 1/05 de Coordinadores Nacionales.

SEGUIMIENTO DE LAS SOLICITUDES DE REVISIÓN de las Res GMC -NO AUTORIZADAS-

RES GMC Nº	DESCRIPCIÓN	ESTADO PARTE SOLICITANTE	ÓRGANO Y FECHA DE SOLICITUD DE LA REVISIÓN	ÓRGANO Y FECHA DE INSTRUCCIÓN	FORO TECNICO	ANTECEDENTES
70/93	Identidad y calidad de manteca	BR	GMC XXXVIII Reunión 26 al 28/06/00	GMC XLIII Reunión 9 y 10/10/01	GMC	El GMC instruyó al SGT N° 3 a elevar un informe técnico acerca de la necesidad y oportunidad de proceder a la revisión. Se tratará en la XIII Reunión del SGT 3. Se eleva Informe al GMC. Se mantiene-en el seno del GMC.
71/93	Identidad y calidad de crema de leche	BR	GMC XXXVIII Reunión 26 al 28/06/00	GMC XLIII Reunión 9 y 10/01	GMC	El GMC instruyó al SGT N° 3 a elevar un informe técnico acerca de la necesidad y oportunidad de proceder a la revisión. Se tratará en la XIII Reunión del SGT 3. Se eleva Informe al GMC. Se mantiene-en el seno del GMC.
82/93	Identidad y calidad de leche en polvo	BR	GMC XXXVIII Reunión 26 al 28/06/00	GMC XLIII Reunión 9 y 10/01	GMC	El GMC instruyó al SGT N° 3 a elevar un informe técnico acerca de la necesidad y oportunidad de proceder a la revisión. Se tratará en la XIII Reunión del SGT 3. Se eleva Informe al GMC. Se mantiene-en el seno del GMC.
16/94	Identidad y calidad de caseinatos alimenticios	BR	GMC XXXVIII Reunión 26 al 28/06/00	GMC XLIII Reunión 9 y 10/10/01	GMC	El GMC instruyó al SGT N° 3 a elevar un informe técnico acerca de la necesidad y oportunidad de proceder a la revisión. Se tratará en la XIII Reunión del SGT 3. Se eleva Informe al GMC. Se mantiene-en el seno del GMC.
43/94	Identidad y calidad de Caseína Alimenticia	BR	GMC XXXVIII Reunión 26 al 28/06/00	GMC XLIII Reunión 9 y 10/10/01	GMC	El GMC instruyó al SGT N° 3 a elevar un informe técnico acerca de la necesidad y oportunidad de proceder a la revisión. Se tratará en la XIII Reunión del SGT 3. Se eleva Informe al GMC. Se mantiene-en el seno del GMC.
63/94	Identidad y calidad de grasa anhidra de leche	BR	GMC XXXVIII Reunión 26 al 28/06/00	GMC XLIII Reunión 9 y 10/10/01	GMC	El GMC instruyó al SGT N° 3 a elevar un informe técnico acerca de la necesidad y oportunidad de proceder a la revisión. Se tratará en la XIII Reunión del SGT 3. Se eleva Informe al GMC. Se mantiene-en el seno del GMC.
78/94	Identidad y calidad de leche UAT (UHT)	BR	GMC XXXVIII Reunión 26 al 28/06/00	GMC XLIII Reunión 9 y 10/10/01	GMC	El GMC instruyó al SGT N° 3 a elevar un informe técnico acerca de la necesidad y oportunidad de proceder a la revisión. Se tratará en la XIII Reunión del SGT 3. Se eleva Informe al GMC. Se mantiene-en el seno del GMC.
79/94	Identidad y calidad de de quesos	BR	GMC XXXVII Reunión 4 y 5/04/00	GMC XLIII Reunión 9 y 10/10/01	GMC	El GMC instruyó al SGT N° 3 a elevar un informe técnico acerca de la necesidad y oportunidad de proceder a la revisión. Se tratará en la XIII Reunión del SGT 3. Se eleva Informe al GMC. Se mantiene-en el seno del GMC.
80/94	Identidad y calidad de leche fluida para uso industrial	UR	GMC XLIII Reunión 9 y 10/10/01	GMC XLIII Reunión 9 y 10/10/01	GMC	El GMC instruyó al SGT N° 3 a elevar un informe técnico acerca de la necesidad y oportunidad de proceder a la revisión. Se tratará en la XIII Reunión del SGT 3. Se eleva Informe al GMC. Se mantiene-en el seno del GMC.

RES GMC Nº	DESCRIPCIÓN	ESTADO PARTE SOLICITANTE	ÓRGANO Y FECHA DE SOLICITUD DE LA REVISIÓN	ÓRGANO Y FECHA DE INSTRUCCIÓN	FORO TECNICO	ANTECEDENTES
34/96	Identidad y calidad de masa para elaborar el queso Mozzarella.	BR	GMC XXXVIII Reunión 26 al 28/06/00	GMC XLIII Reunión 9 y 10/10/01	GMC	El GMC instruyó al SGT N° 3 a elevar un informe técnico acerca de la necesidad y oportunidad de proceder a la revisión. Se tratará en la XIII Reunión del SGT 3. Se eleva Informe al GMC. Se mantiene-en el seno del GMC.
78/96	Identidad y calidad de Queso Mozzarella	BR	GMC XXXVII Reunión 4 y 5/04/00	GMC XLIII Reunión 9 y 10/10/01	GMC	El GMC instruyó al SGT N° 3 a elevar un informe técnico acerca de la necesidad y oportunidad de proceder a la revisión. Se tratará en la XIII Reunión del SGT 3. Se eleva Informe al GMC. Se mantiene-en el seno del GMC.
81/96	Identidad y calidad de Queso Rallado	BR	GMC XXXVII Reunión 4 y 5/04/00	GMC XLIII Reunión 9 y 10/10/01	GMC	El GMC instruyó al SGT N° 3 a elevar un informe técnico acerca de la necesidad y oportunidad de proceder a la revisión. Se tratará en la XIII Reunión del SGT 3. Se eleva Informe al GMC. Se mantiene-en el seno del GMC.
82/96	Identidad y calidad de Queso Requesón	BR	GMC XXXVII Reunión 4 y 5/04/00	GMC XLIII Reunión 9 y 10/10/01	GMC	El GMC instruyó al SGT N° 3 a elevar un informe técnico acerca de la necesidad y oportunidad de proceder a la revisión. Se tratará en la XIII Reunión del SGT 3. Se eleva Informe al GMC. Se mantiene-en el seno del GMC.
134/96	Identidad y calidad de Queso Procesado o Fundido, Procesado Pasteurizado y Procesado o Fundido U.H.T.(UAT)	BR	GMC XXXVII Reunión 4 y 5/04/00	GMC XLIII Reunión 9 y 10/10/01	GMC	El GMC instruyó al SGT N° 3 a elevar un informe técnico acerca de la necesidad y oportunidad de proceder a la revisión. Se tratará en la XIII Reunión del SGT 3. Se eleva Informe al GMC. Se mantiene-en el seno del GMC.
135/96	Inclusión de citrato de sodio en RTM de identidad y calidad de leche U.A.T.(U.H.T)	BR	GMC XXXVIII Reunión 26 al 28/06/00	GMC XLIII Reunión 9 y 10/10/01	GMC	El GMC instruyó al SGT N° 3 a elevar un informe técnico acerca de la necesidad y oportunidad de proceder a la revisión. Se tratará en la XIII Reunión del SGT 3. Se eleva Informe al GMC. Se mantiene-en el seno del GMC.
136/96	Identidad y calidad de Queso en Polvo	BR	GMC XXXVII Reunión 4 y 5/04/00	GMC XLIII Reunión 9 y 10/10/01	GMC	El GMC instruyó al SGT N° 3 a elevar un informe técnico acerca de la necesidad y oportunidad de proceder a la revisión. Se tratará en la XIII Reunión del SGT 3. Se eleva Informe al GMC. Se mantiene-en el seno del GMC.
137/96	Identidad y calidad de Dulce de Leche	BR	GMC XXXVII Reunión 4 y 5/04/99	GMC XLIII Reunión 9 y 10/10/01	GMC	El GMC instruyó al SGT N° 3 a elevar un informe técnico acerca de la necesidad y oportunidad de proceder a la revisión. Se tratará en la XIII Reunión del SGT 3. Se eleva Informe al GMC. Se mantiene-en el seno del GMC.
47/97	Identidad y calidad de leche fermentada	BR	GMC XXXVIII Reunión 26 al 28/06/00	GMC XLIII Reunión 9 y 10/10/01	GMC	El GMC instruyó al SGT N° 3 a elevar un informe técnico acerca de la necesidad y oportunidad de proceder a la revisión. Se tratará en la XIII Reunión del SGT 3. Se eleva Informe al GMC. Se mantiene-en el seno del GMC.

REVISIONES CON RESOLUCIÓN GMC

RES GMC N°	DESCRIPCIÓN	ESTADO PARTE SOLICITANTE	ÓRGANO Y FECHA DE SOLICITUD DE LA REVISIÓN	ÓRGANO Y FECHA DE LA AUTORIZACIÓN	FORO TECNICO	RESOLUCIÓN GMC N°
17/92	Disposiciones sobre normas técnicas para embalajes de productos pre-medidos	BR/UR	SGT N° 3 3/99	SGT N° 3	Metrología	22/02
18/92 58/92 60/93 18/01	Contenido Neto de Productos Industrializados Premedidos	AR	SGT N° 3 XVI Reunión 21 al 25/07/03	SGT N° 3 XXIV Reunión 20 a 23/03/06	Metrología	31/07
41/92	Disposiciones sobre los rótulos de los productos envasados	BR/UR	SGT N° 3 3/99	SGT N° 3	Metrología	22/02
54/92	RTM sobre Seguridad en Juguetes (Derogación de la Res. GMC 54/92)s	AR	GMC XXIX Reunión 6 al 8/05/98	SGT N° 3 3/99 23 al 27/08/99	GT Juguetes	23/04
14/93, 19/93, 45/93, 55/94, 101/94, 104/94, 107/94, 28/96, 86/96 139/96, 140/96, 144/96, 37/97, 38/01	Lista general armonizada de aditivos MERCOSUR (incluye colorantes)	AR/BR/PA/UR	Comisión de Alimentos, XX Reunión SGT 3 18 al 22/10/04	SGT N°3 XX Reunión 18 al 22/10/04	Alimentos	11/06

27/93	Disposiciones sobre embalajes y equipamientos metálicos destinados a entrar en contacto con alimentos que se comercialicen entre los Estados Partes.		GMC XXXVI Reunión 16 al 18/11/99	GMC XXXVII Reunión 4 y 5/04/00		
48/93	Modifica texto del ítem 2.8.2 del Anexo "Disposiciones sobre embalajes y equipamientos metálicos en contacto con alimentos" del RTM aprobado por Res GMC N° 27/93	AR	GMC XXXVI Reunión 16 al 18/11/99	GMC XXXVII Reunión 4 y 5/04/00	Alimentos	46/06
30/99	Migración de compuestos fenólicos en envases y equipamientos metálicos en contacto con alimentos (complementaria de la Res GMC N° 27/93)		Comisión de Alimentos 18 al 22/10/04	SGT N° 3 XX Reunión 18 al 22/10/04		
36/93	Rotulación de Alimentos Envasados	BR	GMC XXXIII Reunión 8 y 9/03/99	GMC XXXV Reunión 28 y 28/09/99	Alimentos	26/03 (deregó la Res 21/02)
46/93	RTM Aditivos Aromatizantes/Saborizantes	AR/BR/PY/UY	Comisión de Alimentos XX Reunión SGT N° 3 18 al 22/10/04	SGT N° 3 XX Reunión 18 al 22/10/04	Alimentos	10/06
85/93	Lista de especies botánicas	AR/BR/PA/UR	Comisión de Alimentos, XX Reunión SGT 3 18 al 22/10/04	SGT N° 3 XX Reunión 18 al 22/10/04	Alimentos	10/07
87/93	Lista positiva de polímeros y resinas para envases y equipamientos plásticos en contacto con alimentos	AR	GMC XXXVI Reunión 16 al 18/11/99	GMC XXXVII Reunión 4 y 5/04/00	Alimentos	24/04
18/94	Rotulado Nutricional de Alimentos Envasados	BR/UR	GMC XXXIV Reunión 8 al 10/06/99	GMC XXXV Reunión 28 y 29/09/99	Alimentos	44/03, 46/03 y 47/03 Complementarias: 31/06 y 48/06
21/94	Dispone la declaración de los aditivos alimenticios en la lista de ingredientes correspondiente a la rotulación de alimentos envasados	BR	GMC XXXIII Reunión 8 y 9/03/99	GMC XXXV Reunión 28 y 29/09/99	Alimentos	26/03 (deregó la Res 21/02)
56/94	Limites máximos de aflatoxinas	BR RT de Incorporación	GMC XXXVII Reunión 4 y 5/04/00	GMC XXXVII Reunión 4 y 5/04/00	Alimentos	25/02
91/94 58/99	Muestreo y Tolerancia de Productos Premedidos	BR	SGT N° 3 XXVI Reunión 16 al 20/10/06	SGT N° 3 XXVI Reunión 16 al 20/10/06	Metrología	07/08
95/94 50/01	Lista positiva de aditivos para materiales plásticos	AR/BR/PY/UY	GMC XXXVI Reunión 16 al 18/11/99	GMC XXXVII Reunión 4 y 5/04/00	Alimentos	32/07

141/96	Asignación de aditivos, sus funciones y sus concentraciones máximas de algunas categorías de alimentos	AR	SGT N° 3 2/98 Reunión 1 al 5/06/98	SGT N° 3 3/98 Reunión 31/08 al 4/09/98	Alimentos	P. Res vinculadas Nos 11/98; 12/98; 13/98 e 14/98. 07/06 09/07 08/06 09/06
P. 11/98 P. 12/98 P. 13/98 P. 14/98	Helados comestibles Cereales Salsas y Condimentos Bebidas no alcohólicas, gasificadas o no.					
38/97	Asignación de aditivos. Grupo 3,. helados comestibles	AR	SGT N° 3 2/98 Reunión 1 al 5/06/98	SGT N° 3 2/98 Reunión 1 al 5/06/98	Alimentos	07/06
09/00	Etiquetado de productos textiles	BR	SGT N° 3 XXIII Reunión 7 al 11/11/05	SGT N° 3 XXIII Reunión 7 al 11/11/05	Grupo de Trabajo Textil	33/07
17/00	Metodología para la determinación de peso escurrido	AR/BR/PY/UY	Comisión de Metrología XXVII Reunión 26 al 30/03/07	SGT N°3 XXVII Reunión 26 al 30/03/07	Metrología	18/07
08/02	Determinación de peso neto en pescados, moluscos y crustáceos glaseados	BR	SGT N° 3 XX Reunión 18 al 22/10/04	SGT N° 3 XX Reunión 18 al 22/10/04	Metrología	38/05

PROYECTOS DE RESOLUCIÓN QUE SE DA POR CONCLUIDO EL TRATAMIENTO SIN CONSENSO

Nº de P. RESOLUCIÓN	DESCRIPCIÓN	COMISIÓN y Nº de Acta de los CN que adoptaron la decisión
Complementaria Res GMC Nº 93/94	Metodología de control de espacios vacíos en envases opacos rígidos (solic. Por Br y Uy)	METROLOGÍA 04/07
35/97	Identidad y Calidad de la papa.	ALIMENTOS 01/08
60/97	RTM para arroz elaborado (Actualización de RTM complementaria de la Res GMC Nº 05/97)	ALIMENTOS 02/08
63/97	RTM SOBRE identidad y Calidad del Ajo	ALIMENTOS 02/08
76/97	RTM sobre Dispositivos de Señalización Acústica.	INDUSTRIA AUTOMOTRIZ 4/07
18/98	RTM sobre Límites Máximos de emisión de gases contaminantes y ruido de vehículos automotores.	INDUSTRIA AUTOMOTRIZ 01/08
01/99	RTM sobre extintor de incendios en vehículos automotores.	INDUSTRIA AUTOMOTRIZ 4/07
17/99	RTM SOBRE DETERMINACIÓN DE opacidad del gas de escape emitido por motores Diesel en aceleración libre.	INDUSTRIA AUTOMOTRIZ 4/07
03/00	RTM atribución de aditivos y sus concentraciones máximas para leche y productos lácteos.	ALIMENTOS 01/08
Res GMC Nº 50/00	Indicación cuantitativa de cosméticos (solic por Br)	METROLOGÍA 03/07
13/01	RTM sobre espejos retrovisores.	INDUSTRIA AUTOMOTRIZ 4/07
15/01	RTM sobre vidrios de seguridad.	INDUSTRIA AUTOMOTRIZ 4/07

01/04	RTM sobre definiciones relativas a bebidas alcohólicas (con excepción las fermentadas)	ALIMENTOS O3/07
-------	---	--------------------



ASOCIACIÓN
MERCOSUR DE
NORMALIZACIÓN

CNOT 0014/2008

São Paulo, 19 de agosto de 2008

Aos
Coordenadores Nacionais do SGT 3

Prezados Senhores,

Estamos encaminhando Relatório de Atividades dos CSM (Comitês Setoriais MERCOSUL) e CE (Comissão Especial) para conhecimento e análise.

CSM 01 - Eletricidade

NM 60335-1 Segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares. Parte 1 - Requisitos gerais (IEC 60335-1:2006 - 4.2ª edição, MOD) - votação nacional até 20-08-2008

CSM 04 - Brinquedos

Conforme solicitação do Coordenador Ing. José Luis Heijo foi elaborada ERRATA em 28-07-2008 da NM 300-1 Segurança de brinquedos - Parte 1: Propriedades gerais, mecânicas e físicas, sendo enviada a todos os ONN (Organismos Nacionais de Normalização) em 04-08-2008.

Transcrição da ERRATA:

"En el Capítulo 3 Definiciones / No item Capítulo 3 Definições

- Donde se lee: / Onde se lê:

3.59 juguete para apretar: Juguete flexible que tiene incorporado un emisor de ruido activado cuando, presionándolo, se hacer pasar aire a través de una abertura; diseñado para niños que se puedan sentar sin ayuda.

- Debe leerse / Leia-se:

3.59 juguete para apretar: Juguete flexible que tiene incorporado un emisor de ruido activado cuando, presionándolo, se hacer pasar aire a través de una abertura; diseñado para niños que no se puedan sentar sin ayuda."

CE 90:03 - Veículos a combustível gasoso

Foram elaborados e entregues os Projetos: ISO 15500 Partes 1; 2; 5; 6; 12; 13; 14 e 15.

A Comissão de Gás apresentou sugestões a estes textos, que foram encaminhadas à Secretaria Técnica da CE que as analisou e as incorporou. Estes Projetos serão encaminhados para votação nacional.



Av. Paulista, 726 - 10º andar - cj. 1001
São Paulo - SP - CEP 01310-910
Tel/Fax: 55 11 3283-5276 / 3285-6115 / 3285-2074
www.amn.org.br



ASOCIACIÓN
MERCOSUR DE
NORMALIZACIÓN

Quanto aos Projetos referentes às ISO 19078 e 11623 informamos que a Secretaria Técnica da CE está elaborando sua tradução. Estes dois Projetos serão encaminhados até Dezembro/2008.

Para conhecimento e informação seguem os demais relatórios dos CSM.

CSM 20 - Análises Clínicas e Diagnóstico in Vitro

Numero Projeto	Titulo Projeto	Data Conclusão
20:02-NM 00305	Laboratório de análisis clínicos - Terminología	04/10/2008
20:02-00009	Laboratório clínico - Critérios para aceitação e rejeição de amostras biológicas	29/09/2008
20:03-00007	Laboratório clínico - Recipientes de uso único para coleta de sangue humano	07/09/2008

CSM 22 - Avaliação da Conformidade

Numero Projeto	Titulo Projeto	Data Conclusão
22:00-ISO/IEC 17021	Evaluación de la conformidad - Requisitos para los organismos que realizan la auditoría y certificación de sistemas de gestión	05/11/2008
22:00-ISO/IEC 17030	Evaluación de la conformidad - Requisitos generales para las marcas de conformidad de tercera parte	05/11/2008
22:00-ISO/IEC 17040	Evaluación de la conformidad - Requisitos generales para la evaluación entre pares de organismos de evaluación de la conformidad y organismos de acreditación	05/11/2008
22:00-ISO/IEC 17050-1	Evaluación de la conformidad. Declaración de conformidad del proveedor. Parte 1: Requisitos generales	05/11/2008
22:00-ISO/IEC 17050-2	Evaluación de la conformidad. Declaración de conformidad del proveedor. Parte 2: Documentación de apoyo	05/11/2008
22:00-ISO/IEC Guía 53	Evaluación de la conformidad - Guía para la utilización del sistema de gestión de la calidad de una organización en la certificación de productos	05/11/2008
22:00-ISO/IEC Guía 67	Evaluación de la conformidad - Elementos fundamentales de la certificación de productos	05/11/2008



Av. Paulista, 726 - 10º andar - cj. 1001
São Paulo - SP - CEP 01310-910
Tel/Fax: 55 11 3283-5276 / 3285-6115 / 3285-2074
www.amn.org.br



ASOCIACIÓN
MERCOSUR DE
NORMALIZACIÓN

CSM 26 - Alimentos

26:02-ISO/TS 22003	Sistemas de Gestão da Segurança Alimentar - Requisitos para entidades de auditoria e certificação de sistemas de segurança alimentar	15/07/2008

CSM 27 - Qualidade de Software

27:00-ISO/IEC 09126-1	Ingeniería de software - Calidad del producto - Parte 1: Modelo de calidad	23/10/2007
27:00-ISO/IEC 14598-1	Tecnología de la Información - Evaluación del Producto de software. Parte 1: Descripción general	23/10/2007
27:00-ISO/IEC 14598-2	Tecnología de la Información. Evaluación del Producto de software. Parte 2: Planificación y gestión	23/10/2007
27:00-ISO/IEC 14598-3	Tecnología de la Información. Evaluación del Producto de software. Parte 3: Procedimiento para desarrolladores	26/12/2007

Atenciosamente,

ASOCIACIÓN MERCOSUR DE NORMALIZACIÓN
Eliane Rodrigues
Secretária Executiva



Av. Paulista, 726 - 10º andar - cj. 1001
São Paulo - SP - CEP 01310-910
Tel/Fax: 55 11 3283-5276 / 3285-6115 / 3285-2074
www.amn.org.br

**XXXIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBGRUPO DE TRABALHO N° 3
“REGULAMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÃO DA
CONFORMIDADE”**

ATA N° 03/08

ANEXO VIII

Rio de Janeiro, 18 a 22 de agosto de 2008

MERCOSUL/SGT Nº 3/CG/ATA Nº 03/08

**XXXIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBGRUPO DE TRABALHO Nº. 3
“REGULAMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE”
/COMISSÃO DE GÁS**

Realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, no Palácio do Itamaraty, entre os dias 18 e 21 de agosto de 2008, a XXXIII Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho Nº 3 “Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade” / Comissão de Gás, com a presença das Delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

A lista de participantes consta no **Agregado I**.

A Agenda da reunião consta no **Agregado II**.

O Resumo da Ata consta no **Agregado III**.

Na presente Reunião foram tratados os seguintes temas:

1. RTM DE VÁLVULAS DE CILINDRO – INÍCIO DA HARMONIZAÇÃO SOBRE A BASE DA NORMA MERCOSUL.

Tendo em vista que AMN ainda não publicou as normas correspondentes, foi iniciada a harmonização do RTM referente à Válvula do Cilindro, com base no Projeto de Norma MERCOSUL.

A Delegação do Brasil apresentou o seu Regulamento Técnico referente aos requisitos de segurança dos componentes para gás natural veicular, do qual as Delegações acordaram extrair os conceitos e critérios técnicos que sejam considerados úteis para a elaboração do projeto de RTM de válvulas de cilindro.

Nesse sentido, foram extraídos conceitos relacionados com critérios gerais de segurança, especificações (materiais, condições de funcionamento, pressões e temperaturas de ativação dos dispositivos de segurança) do produto e ensaios.

A Delegação da Argentina levará em consideração o seu Regulamento Técnico correspondente e encaminhará seus comentários aos demais Estados Parte. Da mesma forma, a Delegação do Brasil dará tratamento similar, complementando o indicado no parágrafo anterior.

Os comentários deverão ser compartilhados entre as Delegações em não menos que trinta dias de antecedência à próxima Reunião Ordinária do SGT3. Uma vez terminado esse tratamento se continuará com a base do projeto de Norma MERCOSUL ou com sua versão definitiva, se esta já estiver disponível.

O documento elaborado nesta reunião consta como **Agregado IV**.

2. PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE CILINDROS PARA ARMAZENAMENTO DE GNV – CONTINUAÇÃO DE SEU TRATAMENTO.

Foi dada a continuidade a harmonização do Procedimento de Avaliação da Conformidade (PAC) de cilindros para armazenamento de GNV.

As Delegações entendem que o PAC deve contemplar um sistema que permita avaliar os cilindros em conformidade com o RTM (Res. GMC Nº 03/08). Nesse sentido, as Delegações acordaram adotar o modelo de certificação nº. 5, conforme indicado na GMC/DT Nº 12/07.

Entende-se que este PAC deverá complementar todos aqueles aspectos relacionados com a avaliação da conformidade que não tenham sido tomados em conta no RTM (Res. GMC Nº 03/08), levando em consideração que:

- O modelo nº. 5 contempla ensaio de tipo, auditoria do sistema da qualidade do fabricante e ensaios em amostras retiradas do mercado, além de monitoramento contínuo e ensaios de verificação de amostras retiradas do comércio e da fábrica;
- Esse RTM já especifica os critérios de aprovação do produto e sistema da qualidade.

Sendo assim, foram agregados:

- Termos e definições considerados necessários de ser incorporados ao projeto de PAC;
- Generalidades relacionadas com o Selo de Identificação da Conformidade, e autorização para o seu uso;
- Responsabilidades do fabricante ou importador e do organismo de avaliação da conformidade, considerando os requisitos de segurança pertinentes ao cilindro de GNV;
- Condições específicas;
- Definição do modelo de certificação.

A Delegação da Argentina manifestou a necessidade de contemplar um mecanismo de proteção ao usuário nos casos em que o cilindro apresente falhas de fabricação, e o seu fabricante ou importador e/ou o OAC tenha se retirado do mercado. Por outro lado, as Delegações do Brasil e do Paraguai entendem que esse assunto deve ser tratado por cada Estado Parte tendo em vista as singularidades das leis internas de cada país. Sendo assim, as delegações se comprometem a aprofundar o assunto internamente, para fundamentar seus argumentos na próxima reunião.

A Delegação da Argentina manifesta a necessidade de aprofundar os controles relacionados com a produção dos cilindros compostos (tipos GNV-3 e GNV-4), levando em consideração as etapas críticas do processo de sua produção e as experiências passadas relacionadas com a utilização de um desses tipos de cilindros.

A Delegação do Brasil manifesta-se contrária ao posicionamento da Delegação da Argentina, uma vez que entende que os critérios estabelecidos no RTM 03/08, são suficientes.

O documento elaborado nesta reunião consta como **Agregado V**.

3. RTM ARTEFATOS DOMÉSTICOS DE COCÇÃO – CONTINUAÇÃO DA HARMONIZAÇÃO DO RTM DE APARELHOS DE COCÇÃO DE USO DOMÉSTICO QUE UTILIZAM GÁS COMO COMBUSTÍVEL.

Foi dada continuidade à harmonização do RTM com base na comparação da normativa vigente na Argentina, Brasil e Uruguai.

Foi analisado o item 4 (Classificação) e parcialmente o item 5 (Características de construção), temas que haviam sido trabalhados previamente por correio eletrônico, destacando os aspectos em que não havia concordância.

As discrepâncias que levaram mais tempo para compatibilizar foram aquelas vinculadas à classificação dos gases nos distintos Estados Parte. Finalmente se determinou as três famílias dos gases em função do número de Wobbe, considerando o poder calorífico superior.

Neste mesmo item, se alcançou total acordo na classificação dos aparelhos em função de serem independentes (somente queimadores) ou compostos (fogões – queimadores e fornos), embutíveis ou não embutíveis, assim como a possibilidade de funcionamento utilizando gases de famílias distintas.

Em relação ao item 5 (Características de construção), se alcançou acordo nos seguintes pontos:

Conversão para os diferentes gases
Materiais
Facilidades de limpeza e manutenção
Rigidez da montagem
Estanqueidade do circuito de gás
Fixação dos aparelhos
Funcionamento com energia auxiliar
Elementos adicionais

Com relação ao ponto Materiais, está pendente encontrar uma solução para utilização ou não de cobre no circuito de fornecimento do piloto de gás. Será verificada a origem de tal exigência, para posterior discussão na próxima reunião.

Foi acordado utilizar o mesmo método de trabalho para dar continuação aos trabalhos de harmonização do RTM. Neste sentido, os Capítulos 1,2 e 3, objeto, referências normativas e definições, respectivamente serão trabalhados pela delegação do Uruguai, a finalização do Capítulo 5, requisitos de construção será trabalhada pela delegação da Argentina e o Capítulo 6, características de desempenho, será trabalhado pela delegação do Brasil.

O documento elaborado nesta reunião consta como **Agregado VI**.

4. GRAU DE AVANÇO DO PROGRAMA DE TRABALHO 2008

O documento correspondente consta no **Agregado VII**.

5. AGENDA DA PRÓXIMA REUNIÃO

A Agenda da próxima reunião consta no **Agregado VIII**

LISTA DE AGREGADOS

Os Agregados que formam parte da presente Ata são os seguintes:

Agregado I	Lista de participantes
Agregado II	Agenda
Agregado III	Resumo da Ata
Agregado IV	Documento sobre harmonização “RTM de Válvula do Cilindro”
Agregado V	Documento sobre harmonização do Procedimento de Avaliação da Conformidade de cilindros para armazenamento de GNV
Agregado VI	RTM Artefatos domésticos de cocção: item 4 (Classificação) e parcialmente o item 5 (Características de construção).

Agregado VII Grau de avanço do Programa de trabalho 2008
Agregado VIII Agenda da próxima reunião

Pela Delegação da Argentina
Juan Carlos Loza

Pela Delegação do Brasil
Italo Domenico Oliveto

Pela Delegação do Paraguai
Cristóbal Gayoso Ortiz

Pela Delegação do Uruguai
Ester Bañales

MERCOSUL/SGT N.º 3/CAC/ATA N.º 03/2008

XXXIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO SGT N.º 3 “REGULAMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE / COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE”

Realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, no palácio do Itamaraty, nos dias 18 a 21 de agosto de 2008, a XXXIII Reunião Ordinária do SGT N.º 3 “Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade” / Comissão de Avaliação da Conformidade, com a presença das Delegações de Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai.

A lista de participantes encontra-se no **Agregado I**.

Os temas da agenda tratados na presente reunião encontram-se no **Agregado II**.

O resumo da Ata desta reunião encontra-se no **Agregado III**.

O tema tratado na Reunião foi o seguinte:

1. EXPLORAÇÃO DAS POSSIBILIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO “GUIA” PARA O RECONHECIMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE – RES. GMC N.º 14/05.

A partir da análise do documento encaminhado pela Argentina intitulado “*Puntos a considerar para trabajar en el documento: Lineamientos generales para la Evaluación Conjunta, entre las Autoridades Competentes, de los procesos de designación de Organismos de Evaluación de la Conformidad (OEC) Acta 02/08*” constante do **Agregado IV** e do documento desenvolvido durante a reunião anterior (Ata 02/08) intitulado *Lineamientos generales para la Evaluación Conjunta, entre las Autoridades Competentes, de los procesos de designación de Organismos de Evaluación de la Conformidad (OEC)*, as delegações dos Estados Partes decidiram elaborar o documento “Procedimento para implantação da avaliação conjunta dos processos de designação de organismos de avaliação da conformidade pelas autoridades competentes dos Estados Partes”, constante do **Agregado V**.

Os representantes dos Estados Partes acordaram em realizar análise interna do documento, aprofundando as discussões sobre o mesmo, e apresentar os

comentários até 30 dias antes da próxima reunião. Acordaram ainda em dar tratamento aos comentários na próxima reunião, incorporando aqueles que julgarem pertinentes. A discussão permanece aberta para a incorporação ou modificação de pontos ao documento.

2. GRAU DE CUMPRIMENTO DO PROGRAMA DE TRABALHO DE 2008

O grau de cumprimento do programa de trabalho de 2008 consta do **Agregado VI**.

3. AGENDA PARA A PRÓXIMA REUNIÃO

A agenda para a próxima reunião encontra-se no **Agregado VII**.

4. LISTA DE AGREGADOS

Os Agregados que fazem parte da presente Ata são os seguintes:

Agregado I: Lista de Participantes.

Agregado II: Agenda

Agregado III: Resumo da Ata.

Agregado IV: Documento apresentado pela Delegação Argentina: Puntos a considerar para trabajar en el documento “Lineamientos generales para la Evaluación Conjunta, entre las Autoridades Competentes, de los procesos de designación de Organismos de Evaluación de la Conformidad (OEC)” Acta 02/08.

Agregado V: Procedimento para implantação da avaliação conjunta dos processos de designação de organismos de avaliação da conformidade pelas autoridades competentes dos Estados Partes.

Agregado VI: Grau de cumprimento do Programa de Trabalho para 2008.

Agregado VII: Agenda da Próxima Reunião.

Pela Delegação da Argentina
Ana Cecilia Luna

Pela Delegação do Brasil
Gustavo José Kuster

Pela Delegação do Paraguai
Lira Giménez

Pela Delegação do Uruguai
Pedro Friedrich

MERCOSUL/SGT Nº 3/CSPE/ATA Nº 03/08

**XXXIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO SGT Nº 3 “REGULAMENTOS TÉCNICOS E
AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE” / COMISSÃO DE SEGURANÇA DE
PRODUTOS ELÉTRICOS**

Realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, no Palácio do Itamaraty, entre os dias 18 e 21 de agosto de 2008, a XXXIII Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho Nº 3 “Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade” / Comissão de Segurança de Produtos Elétricos, com a presença das Delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

A Lista de Participantes consta como **Agregado I**.

A Agenda consta como **Agregado II**.

O Resumo da Ata desta reunião consta como **Agregado III**.

Na Reunião se trataram os seguintes temas:

**1. PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA CABOS E
CONDUTORES ELÉTRICOS DE BAIXA TENSÃO**

Como a Delegação do Brasil reviu sua posição sobre a inclusão do Procedimento de Avaliação da Conformidade no próprio Regulamento Técnico MERCOSUL, não foi necessário o envio da proposta de Procedimento de Avaliação da Conformidade previsto na reunião anterior.

2. REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL PARA INTERRUPTORES

As delegações deram sequência à avaliação da norma NM 60669-1:2004 “Interruptores para instalações elétricas fixas domésticas e análogas - Parte 1: Requisitos gerais (IEC 60669-1:2004, MOD)”, que servirá de base para a elaboração do Projeto de Regulamento Técnico MERCOSUR sobre Interruptores.

As delegações analisaram a referida norma até o item 19, faltando consensar os itens 2 e 6.2, para todos os Estados Parte, e o item 8.2, apenas para o Brasil. As delegações se comprometem a trazer para a próxima reunião uma definição sobre estes itens.

As delegações acordaram seguir analisando os demais itens da norma, ficando as delegações de Brasil, Paraguai e Uruguai responsáveis por enviar, até 30 dias antes da próxima reunião, a análise dos mesmos.

O Projeto de Regulamento Técnico MERCOSUL sobre Interruptores para instalações elétricas fixas domésticas e análogas consta como **Agregado IV**.

3. GRAU DE AVANÇO

O Grau de Avanço do Programa de Trabalho 2008 consta como **Agregado V**.

4. AGENDA DA PRÓXIMA REUNIÃO

Elaborou-se a agenda da próxima reunião, que consta como **Agregado VI**.

LISTA DE AGREGADOS:

Os Agregados que formam parte da presente Ata são os seguintes:

AGREGADO I	Lista de participantes
AGREGADO II	Agenda
AGREGADO III	Resumo da Ata
AGREGADO IV	Projeto de Regulamento Técnico MERCOSUL sobre Interruptores para instalações elétricas fixas domésticas e análogas
AGREGADO V	Grau de Avanço
AGREGADO VI	Agenda para a próxima reunião

Pela Delegação da Argentina
Rubén J. Marcassio

Pela Delegação do Brasil
Leonardo Machado Rocha

Pela Delegação do Paraguai
Robert Duarte

Pela Delegação do Uruguai
Jorge Mattos

MERCOSUL/SGT Nº 3/CM/ATA Nº 03/08

XXXIII REUNIÃO ORDINARIA DO SGT Nº 3 “REGULAMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE” / COMISSÃO DE METROLOGIA

Realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, no Palácio do Itamaraty, entre os dias 18 a 21 de agosto, a XXXIII Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho Nº3 “Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade / Comissão de Metrologia”, com as presenças das Delegações de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

A lista de participantes encontra-se no **Agregado I**.

Os temas de Agenda tratados na presente reunião encontram-se no **Agregado II**.

O resumo da Ata desta reunião encontra-se no **Agregado III**.

Os temas tratados na Reunião são os seguintes:

1. METROLOGIA LEGAL – PRÉ-MEDIDOS

1.1. Aves Congeladas: Metodologia para verificação

Foram analisados os dados experimentais apresentados pelas Delegações do Brasil e do Paraguai, resultantes de ensaios embasados na metodologia proposta pelo Brasil em reuniões anteriores. Os dados experimentais constam como **Agregado VI** da presente ata, somente em meio magnético.

Concluiu-se que os resultados eram inconsistentes, devido à grande dispersão dos dados obtidos.

A Delegação da Argentina seguirá analisando os documentos apresentados pelas Delegações de Brasil e Paraguai e informará sua opinião até 30 dias antes da próxima reunião. Além disso, manifesta seu interesse em aplicar esta metodologia também às aves congeladas em pedaços.

Considerando as sugestões da Comissão, a Delegação do Brasil seguirá estudando a metodologia proposta. Caso seja observada a necessidade de realizar novos ensaios, a Delegação do Brasil os fará, se comprometendo a enviar os resultados obtidos até 30 dias antes da próxima reunião.

Tendo analisado os resultados, obtidos pela aplicação da metodologia proposta, enviados pela Delegação do Brasil e, também, apresentados na presente reunião pela Delegação do Paraguai, as Delegações do Paraguai e do Uruguai consideram que esta metodologia não é adequada para a determinação de conteúdo líquido de aves congeladas porque das análises não surge uma correlação definida entre a quantidade de água absorvida durante o processo de congelamento e a quantidade de água que se retira aplicando a metodologia proposta.

1.2. Outros Assuntos

As delegações de Brasil, Paraguai e Uruguai informam que, seguindo instruções dos Coordenadores Nacionais, intercambiaram idéias sobre os possíveis pontos a revisar da Res. GMC N° 26/99, e sobre possíveis exceções às Res. GMC N° 93/94 e Res. GMC N° 07/08.

A delegação da Argentina manifestou não estar de acordo com a inclusão destes temas na Ata da Comissão de Metrologia já que este intercâmbio de idéias se desenvolveu no marco dos Coordenadores Nacionais. O tratamento devia ser realizado com o objetivo de que cada um dos Técnicos informe a seu Coordenador Nacional.

2. METROLOGIA LEGAL – INSTRUMENTOS

2.1. Projeto de RTM de Instrumentos de Pesagem de Funcionamento Não Automático

A delegação da Argentina amplia a justificativa pela qual considera a plataforma de pesar um módulo diferenciado do módulo previsto pela OIML na recomendação R-76:2006, identificado como módulo de pesagem.

Os argumentos apresentados são:

- 1) Os módulos identificados na recomendação não são excludentes, podendo se definir outros módulos.
- 2) O critério de definição dos módulos, entre algum deles seria assimétrico a respeito das magnitudes de sinal de entrada e saída dos módulos.
- 3) O exemplo do Anexo F da recomendação citada parecia identificar a “plataforma de pesar”(ponto F.6).

Depois de um intercâmbio de opiniões entre todas as Delegações foi concluído que: o argumento 3) mencionado pela Delegação da Argentina não se trata de “plataforma de pesar” (ponto F.6).

As Delegações de Brasil, Paraguai e Uruguai não concordam com os itens 1) e 2) por motivos apresentados durante as reuniões anteriores. Para exemplificar as questões acima, esclareceu-se que com a aprovação da célula de carga, só ficaria a estrutura física (plataforma), para a qual não existe cunho metrológico. Ratificou-se,

ainda, a essência da recomendação e do documento Mercosul que prevê a aprovação de instrumento completo, entendendo que existiria uma repetição dos ensaios no caso deste módulo e depois no instrumento completo.

A Delegação Argentina continuará a análise, comprometendo-se a enviar as conclusões até 30 dias antes da próxima reunião.

2.2. Células de Carga

A Comissão realizou a apreciação do Projeto de Resolução GMC, com base na Recomendação R-60:2000 (Células de cargas), seguindo até o ponto 4.3 da mesma. O Projeto de Resolução consta como **Agregado IV** da presente ata, somente em meio magnético.

3. INCORPORAÇÃO ÀS OJN DAS RESOLUÇÕES GMC

As Delegações do Brasil, Paraguai e Uruguai informaram as novas incorporações a seu OJN. O estado de incorporação das Resoluções GMC à OJN figura no **Agregado VII** da presente Ata.

4. GRAU DE AVANÇO DO PROGRAMA DE TRABALHO 2008

O grau de avanço do Programa de Trabalho 2008 consta no **Agregado V**.

5. AGENDA PARA A PRÓXIMA REUNIÃO

A agenda da próxima reunião figura como **Agregado VIII** da presente Ata.

LISTA DE AGREGADOS

Os Agregados que fazem parte da Ata são os seguintes:

Agregado I -	Lista de Participantes.
Agregado II –	Agenda da reunião.
Agregado III -	Resumo da Ata.
Agregado IV –	Projeto de Resolução sobre células de carga. (Somente em meio magnético)
Agregado V-	Grau de avanço do Programa de Trabalho 2008

Agregado VI – Resultados experimentais apresentados por Brasil e Paraguai sobre aplicação de metodologia proposta pelo Brasil para verificação de aves congeladas pré-medidas (*somente versão eletrônica*).

Agregado VII - Estado de incorporação das Resoluções GMC à OJN.

Agregado VIII - Agenda para a próxima reunião.

Pela Delegação da Argentina
Miguel Bruzone

Pela Delegação do Brasil
Fabiana Motta Kawasse

Pela Delegação do Paraguai
Dionisia Zully Milessi

Pela Delegação do Uruguai
Katherine McConnell

MERCOSUL/SGT Nº 3/CA/ATA Nº 03/08

**XXXIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBGRUPO DE TRABALHO Nº 3
“REGULAMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE”/
COMISSÃO DE ALIMENTOS**

Realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, entre os dias 18 e 21 de agosto de 2008, no Palácio Itamaraty, a XXXIII Reunião Ordinária da Comissão de Alimentos do SGT Nº 3 “Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade”, com a presença das Delegações da Argentina, do Brasil e do Uruguai.

Considerando o disposto pela Decisão CMC Nº 04/93 e o Artigo 2 da Resolução GMC Nº 26/01, esta Ata e seus Agregados seguem Ad Referendum da Delegação do Paraguai.

A lista de participantes consta como **Agregado I**.

Os temas da Agenda tratados constam como **Agregado II**.

O resumo da Ata consta como **Agregado III**.

Na reunião foram tratados os seguintes temas:

1. INSTRUTIVO DOS COORDENADORES NACIONAIS

A Comissão de Alimentos tomou conhecimento do Instrutivo dos Coordenadores Nacionais.

2. INCORPORAÇÃO AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL

As delegações da Argentina, Brasil e Uruguai não apresentaram novas incorporações aos respectivos Ordenamentos Jurídicos Nacionais, portanto se mantêm o Quadro de Incorporações que constou como Agregado V da Ata 02/08 da Comissão de Alimentos.

3. ATUALIZAÇÃO DA RES. GMC Nº 86/96 “RTM SOBRE ADITIVOS ALIMENTARES A SEREM UTILIZADOS SEGUNDO AS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO (BPF)”

Os Estados Partes concluíram a revisão do Anexo I do Documento de Trabalho “Lista de aditivos alimentares a serem utilizados segundo as Boas Práticas de Fabricação (BPF)”, organizado por número INS e por ordem alfabética, exceto a função ESP para Sorbitol a ser avaliada pela Argentina e pelo Uruguai, que encaminharão seus comentários até 20 dias antes da próxima reunião. Este documento consta como **Agregado V** (somente em meio magnético).

As delegações concordaram em incluir neste documento de trabalho o INS 428 para gelatina, que foi definido pelo CODEX ALIMENTARIUS após a aprovação da Resolução GMC Nº 11/06.

Quanto à tabela de “Categorias de alimentos em que o uso de aditivos BPF é restrito, com suas respectivas funções e limites máximos, quando houver”, Anexo II do documento de trabalho, esta foi revisada com relação às funções dos aditivos, de acordo com o Anexo I, já concluído. A delegação da Argentina se comprometeu a apresentar, antes da próxima reunião, as justificativas técnicas para os limites propostos.

Com relação aos limites para os aditivos excluídos da Lista BPF (**Agregado VI**, somente em meio magnético), foram acordados os valores propostos anteriormente, com exceção da goma konjac para goma de mascar (a ser avaliado pelo Brasil) e aditivos contendo alumínio: INS 554, 556 e 559 (pendentes de avaliação pela Argentina). Para estes últimos, as delegações do Brasil e do Uruguai concordaram em utilizar os limites da União Européia (Diretiva 95/2/CE). As delegações se comprometem a encaminhar seus comentários até 20 dias antes da próxima reunião.

As delegações concordaram em retornar as ceras de abelha e candelilla e goma laca para a Lista BPF, na condição de uso “somente para tratamento de superfície”.

As delegações acordaram que o documento sobre os aditivos que serão excluídos da Lista BPF será encaminhado aos Coordenadores Nacionais como um novo Projeto de Resolução.

Quanto às propostas de frases referentes à substituição de nutrientes por aditivos, as delegações concordaram com a inclusão da seguinte redação: “Quando estes aditivos forem utilizados em alimentos nos quais houve substituição, total ou parcial, ou redução de um ou mais nutrientes, em relação à composição do alimento regulamentado correspondente, deve-se atender à legislação específica”.

4. REVISÃO DA RES. GMC Nº 84/93 “DEFINIÇÃO DE FUNÇÕES DE COADJUVANTES DE TECNOLOGIA”

A Delegação da Argentina encaminhou documento de trabalho sobre o tema. A Delegação do Brasil informou que tem dúvidas quanto à aplicabilidade prática desse RTM e propôs que os demais EEPP avaliem a necessidade de continuar o tratamento do tema ou revogar o Regulamento.

A Delegação da Argentina considera que seria conveniente manter a harmonização alcançada neste tema. Entretanto, analisará o proposto pelo Brasil.

As delegações encaminharão suas observações sobre o tema até 15 dias antes da próxima reunião.

O documento de trabalho encaminhado pela Argentina consta como **Agregado VII** (somente em meio magnético).

5. REVISÃO DA RES. GMC Nº 102/94 “LIMITES DE TOLERÂNCIA PARA CONTAMINANTES INORGÂNICOS”

A Delegação brasileira apresentou a proposta que havia sido encaminhada previamente aos Coordenadores da Comissão de Alimentos no prazo previsto na Ata 02/08 (**Agregado VIII**, somente em meio magnético). A Delegação argentina não recebeu o documento por problemas de comunicação. A Delegação argentina encaminhou sua proposta, entretanto, por problemas de comunicação, as demais delegações tomaram conhecimento durante a reunião (**Agregado IX**, somente em meio magnético).

A Delegação brasileira esclareceu que a sua proposta relativa aos alimentos com mais de um ingrediente e/ou processados está fundamentada na dificuldade encontrada pelo Comitê de Resíduos de Pesticidas do Codex Alimentarius quando da tentativa de estabelecer limites máximos utilizando os critérios previamente propostos. A partir deste enfoque, a Delegação brasileira reconheceu a possibilidade de ser necessário incluir novas categorias de alimentos no documento de trabalho. O Brasil se comprometeu a enviar a fundamentação de sua proposta no prazo de 30 dias antes da próxima reunião.

A Delegação argentina manifestou que toda a tarefa que os EEPP realizaram sobre o tema em revisão se baseou no acordo que consta na Ata 02/07 da Comissão de Alimentos, a saber, *“Las delegaciones acordaron que para el caso de productos desecados, diluidos, transformados y compuestos, los contenidos máximos deben deducirse de los factores específicos de concentración y dilución que se proporcionen en el momento de la autorización de los productos en relación con los límites establecidos para las materias primas”*.

Assim mesmo, a Delegação brasileira manifestou que a discussão está em fase de análise de documento de trabalho não finalizado, conforme item 5 da Ata 02/08 da Comissão de Alimentos.

As delegações comprometeram-se a trocar informações sobre os limites de metais já existentes em regulamentos técnicos específicos, em até 20 dias antes da próxima reunião.

A Delegação brasileira ressaltou a importância de que a inclusão de limites para novas categorias de alimentos no RTM seja mais ágil.

Não houve modificações no Documento de Trabalho “*Límites Máximos de Contaminantes Inorgánicos en Alimentos*”, e que constou como Agregado VII da Ata 02/08 da Comissão de Alimentos. Este documento de trabalho consta como **Agregado X** (somente em meio magnético).

6. REVISÃO DA RES. GMC Nº 36/92 “ENSAIOS DE MIGRAÇÃO TOTAL DE EMBALAGENS E EQUIPAMENTOS PLÁSTICOS EM CONTATO COM ALIMENTOS” E RELACIONADAS (RES. GMC Nº 30/92, 32/97 y 33/97)

Os Estados Partes iniciaram a discussão do tema, fazendo uma análise do documento de trabalho encaminhado pela Delegação argentina.

Os Estados Partes continuarão avaliando a proposta internamente, particularmente aqueles pontos marcados para “analisar posteriormente”, e trocarão informações em até 20 dias antes da próxima reunião.

O documento de trabalho consta como **Agregado XI** (somente em meio magnético).

7. DECLARAÇÃO DE PROPRIEDADES NUTRICIONAIS (CLAIMS)

Os Estados Partes avançaram na análise do documento que consta como Agregado VIII da Ata 02/08 desta Comissão. Ademais, foram apresentadas as observações do Paraguai recebidas pelo Brasil.

O documento de trabalho consta no **Agregado XII** (somente em meio magnético).

Nas discussões referentes aos critérios de cálculo/definição dos atributos de conteúdo absoluto, foi avaliada a proposta enviada pela Argentina, bem como os exercícios enviados pelo Brasil sobre o documento de discussão. Como não foi alcançado consenso, devido aos diferentes enfoques técnicos, o tema continua pendente de definição.

As delegações se comprometem a trocar informações sobre o documento de trabalho 20 (vinte) dias antes da próxima reunião.

8. QUANTIFICAÇÃO DOS AVANÇOS NAS ATIVIDADES E DOCUMENTOS DE TRABALHO PREVISTOS NO PROGRAMA DE TRABALHO 2008

A planilha com o “Grau de Avanço” consta como **Agregado XIII**.

9. AGENDA DA PRÓXIMA REUNIÃO

A Agenda da próxima Reunião consta como **Agregado XIV**.

10. OUTROS TEMAS

Com o propósito de poder abordar todos os temas do Programa de Trabalho de 2008, as delegações acordaram solicitar aos Coordenadores Nacionais começar os trabalhos da Comissão de Alimentos na próxima reunião às 9h do primeiro dia.

LISTA DE AGREGADOS

Os Agregados que compõem a presente Ata são os seguintes:

Agregado I	Lista de Participantes
Agregado II	Agenda
Agregado III	Resumo da Ata
Agregado IV	P. Res. elevado aos Coordenadores Nacionais - NÃO HOUVE
Agregado V	Documento de Trabalho - “Lista de Aditivos Alimentares a serem utilizados segundo as Boas Práticas de Fabricação (BPF)” (somente em meio magnético)
Agregado VI	Documento de Trabalho - “Proposta de Limites para Aditivos excluídos da Lista BPF” (somente em meio magnético)
Agregado VII	Documento de Trabalho - Proposta argentina de revisão da Res. GMC Nº 84/93 “Definição de Funções de Coadjuvantes de Tecnologia” (somente em meio magnético)
Agregado VIII	Proposta brasileira sobre “Limites de Tolerância para Contaminantes Inorgânicos” (somente em meio magnético)
Agregado IX	Documento de Trabalho contendo proposta argentina de critérios para a Res. GMC sobre “ <i>Límites Máximos para Contaminantes Inorgánicos en Alimentos</i> ” (somente em meio magnético)
Agregado X	Documento de Trabalho de Revisão da Res. GMC Nº 102/94 “ <i>Límites de Tolerancia para Contaminantes Inorgánicos</i> ” (somente em meio magnético)
Agregado XI	Documento de Trabalho – proposta argentina sobre Revisão da

	Res. GMC Nº 36/92 “Ensaio de Migração Total de Embalagens e Equipamentos Plásticos em Contato com Alimentos” e relacionadas (Res. GMC Nº 30/92, 32/97 e 33/97) (somente em meio magnético)
Agregado XII	Documento de Trabalho sobre Declaração de Propriedades Nutricionais (CLAIMS) (somente em meio magnético)
Agregado XIII	Grau de Avanço - Programa de Trabalho 2008
Agregado XIV	Agenda da próxima Reunião

Pela Delegação da Argentina
Federico Ocampo

Pela Delegação do Brasil
Cláudia Tercília Zucherato

Pela Delegação do Uruguai
María Borthagaray

Anexo XIV

Justificativas para exceções às Resoluções GMC nºs 93/94 e 07/08

Res.GMC nº 07/08:

Considerando que a Res. GMC nº 91/94 admitia tolerância especial para produtos relacionados abaixo em função de sua falta de homogeneidade, descontinuidade, instabilidade de peso no decorrer do tempo ou outro fator que aumente de modo considerável a dispersão de seu conteúdo efetivo:

- a) produtos com indicação de peso drenado;
- b) produtos cujo peso da menor unidade supera 1,5 vezes a tolerância T;
- c) produtos com perda significativa de peso por secagem ou outros efeitos de armazenamento, definidos pelos Estados-Partes;
- d) produtos congelados;

Considerando que a Res. GMC nº 07/08, que a substituiu, não contempla mais essas exceções;

Considerando que existem justificativas técnicas para que alguns produtos apresentem tolerância especial em função de vários fatores intrínsecos a sua natureza;

A comissão do Brasil solicita que alguns produtos tenham suas tolerâncias específicas discutidas no âmbito do Mercosul, conforme justificativa:

- produtos cujo peso da menor unidade supera 1,5 vezes a tolerância T, pois o controle do processo produtivo é mais difícil já que a ausência de uma única unidade pode fazer com que o produto esteja abaixo da tolerância correspondente ao seu conteúdo líquido.

- produtos com perda significativa de peso por secagem ou outros efeitos de armazenamento, definidos pelos Estados-Partes, pois anteriormente quando essa prerrogativa era válida, o Brasil detectou alguns produtos que tinham essa necessidade como alho in natura, sal, fermento biológico, dentre outros. Esclarece-se que para determinar a tolerância a ser aplicada especificamente foram realizados ensaios de longa duração que reproduziam condições variadas de armazenamento.

- produtos que por peculiaridades intrínsecas a sua natureza ou ao seu processo produtivo apresentam a dispersão de seu conteúdo efetivo de forma considerável, como sardinha em óleo, GLP e repelente/inseticida líquido acoplado a dispositivo elétrico com carvão ativado.

Res.GMC nº 93/94:

Considerando que existem justificativas técnicas, que foram avaliadas pelo Inmetro, para que alguns produtos apresentem espaço vazio maior que o permitido nesta Resolução em função de vários fatores intrínsecos a sua natureza ou ao processo produtivo;

A comissão do Brasil solicita que alguns produtos tenham suas tolerâncias específicas discutidas no âmbito do Mercosul, conforme justificativa:

- produtos em pó ou granulados, pois apresentam compactação do seu conteúdo desde o momento de envase até que seja consumido. A lista de produtos, apresentada abaixo, assim como os valores estabelecidos, foi obtida através de estudos diversos, cujos dados se encontram disponíveis para discussão na comissão.

- Achocolatados - 25%
- Leite em pó desnatado – 20%
- Leite em pó semi-desnatado – 20%
- Suplemento alimentar - 20%
- Leite em pó integral – 15%
- Capuccino – 15%
- Café com leite - 15%
- Mingau - 15%

**XXXIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBGRUPO DE TRABALHO N° 3
“REGULAMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÃO DA
CONFORMIDADE”**

ATA N° 03/08

ANEXO XV

(Disponível só em papel)

Rio de Janeiro, 18 a 22 de agosto de 2008

MERCOSUL/GMC/RES. Nº 28/08

**PROGRAMA DE COOPERAÇÃO ECONORMAS-MERCOSUL -
APOIO AO APROFUNDAMENTO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO
ECONÔMICA E AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, as Decisões Nº 10/91, 59/00, 20/02 e 12/04 do Conselho do Mercado Comum e as Resoluções Nº 26/92 e 57/05 do Grupo Mercado Comum;

CONSIDERANDO:

Que no marco da estratégia de relacionamento externo do MERCOSUL, a celebração de acordos de cooperação com a União Européia constitui importante ferramenta de promoção do aprofundamento do processo de integração do MERCOSUL e de seu desenvolvimento sustentável;

Que a experiência da União Européia em aspectos ambientais relacionados à regulamentação técnica e à avaliação da conformidade de produtos e processos produtivos é de interesse do MERCOSUL;

Que é competência do Grupo Mercado Comum aprovar os Programas de Cooperação Técnica Internacional de apoio ao MERCOSUL;

Que este Programa de Cooperação permitirá promover a convergência normativa e regulamentadora nas áreas de metal-mecânica e de produtos elétricos no âmbito do MERCOSUL e de madeira e móveis para Paraguai e Uruguai, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável nesses setores;

Que a convergência de regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação da conformidade tomará como referência as disciplinas da Organização Mundial do Comércio;

Que o Programa ECONORMAS de Cooperação não prejudica as posições que os países ou as Partes (MERCOSUL-UE) possam ter nas negociações para o futuro Acordo de Associação Interregional, nem sobre os resultados nesse ou outro âmbito vinculados;

Que a exigüidade dos prazos para tramitar a aprovação e posterior execução do Projeto justifica neste caso particular recorrer de modo excepcional ao uso das atribuições que confere o Art. 6 da Decisão CMC Nº 20/02.

**O GRUPO MERCADO COMUM
RESOLVE:**

Art 1º - Aprovar as Disposições Técnicas e Administrativas (DTAs) e o Marco Lógico do Programa “ECONORMAS – MERCOSUL” entre o MERCOSUL e a União Europeia, que consta como Anexo e faz parte da presente Resolução.

Art 2º – O Anexo da presente Resolução encontra-se unicamente em espanhol.

Art 3º - Esta Resolução não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, por regulamentar aspectos da organização ou do funcionamento do MERCOSUL.

GMC (Dec. CMC No. 20/02, Art. 6º) – Montevideu, 29/VII/2008

Anexo 1: Marco lógico

CUADRO DE PRESENTACIÓN DEL MARCO LÓGICO

	LÓGICA DE INTERVENCIÓN	INDICADORES OBJETIVAMENTE COMPROBABLES	FUENTES DE COMPROBACIÓN	HIPÓTESIS
OBJETIVO GENERAL	Perfeccionar la calidad y seguridad de los productos originarios del MERCOSUR y fortalecer la capacidad de conciliar el crecimiento de la actividad económica y comercial con la gestión sostenible de los recursos y el fortalecimiento de la protección ambiental.	(1) Los impactos negativos sobre el ambiente producidos por las PyMEs beneficiarias de los contratos de subvención del proyecto, medidos en unidades adimensionales de impacto ambiental, se reducen en el orden del 10% anual (a partir del último año del proyecto) (2) Los estados Parte adoptan estrategias convergentes de Lucha contra la DyS. (3) Se han alcanzado avances significativos en la implementación del SGA del MERCOSUR y se han creado capacidades analíticas regionales. (4) Las quejas, reclamos y rechazos por no conformidades en productos de las empresas de las áreas seleccionadas se reducen en 50% (al final del proyecto).	(1) Estudios de evaluación de impacto de subvenciones. (2) Las estrategias de cada Estado Parte (3) Publicaciones de la Secretaría del MERCOSUR. (5) Estadísticas de los organismos de reglamentación de cada uno de los Estados parte	La voluntad política de la integración se mantiene.
OBJETIVO ESPECÍFICO	Contribuir para la profundización de aspectos de la integración del MERCOSUR vinculados con el desarrollo sostenible de la región, mediante la promoción de prácticas de producción y consumo sostenible, el fortalecimiento de la protección ambiental y de la salud, así como el incremento del comercio a través de la convergencia de reglamentos técnicos y procedimientos de	Los Estados Parte asumen una visión común a través de Programa subregional para lucha contra la DyS. Se ha alcanzado avances significativos en la implementación (SGA) del MERCOSUR y se han creado capacidades analíticas regionales. El porcentaje de empresas de las áreas seleccionadas del MERCOSUR que prefieren,	El informe de evaluación según criterios preestablecidos de resultados de las subvenciones	La voluntad política de la convergencia técnica y estratégica se mantiene. El trabajo de armonización de normas y RTs en los foros del MERCOSUR, en particular SGT-3,6, 8 y 11, siga vigente y demuestre avances.

	LÓGICA DE INTERVENCIÓN	INDICADORES OBJETIVAMENTE COMPROBABLES	FUENTES DE COMPROBACIÓN	HIPÓTESIS
	evaluación de la conformidad, tomando como referencia las disciplinas de la Organización Mundial de Comercio.	en igualdad de condiciones, comprar los insumos fabricados por empresas que incorporan practicas de gestión ambiental a su gestión general se incrementa en el orden de un 30%(al finalizar el Proyecto).		
RESULTADOS	RESULTADO 1: La Producción y el Consumo Sostenibles (PCS) han sido promovidos a través de la incorporación progresiva de sistemas de gestión ambiental y producción limpia en las PYMES así como de pautas de consumo sustentable para los consumidores con vistas a mejorar la calidad de vida de la región. RESULTADO 2: Se ha logrado la convergencia de los planes nacionales de lucha contra los procesos de desertificación y los efectos de la sequía a través de un Programa Subregional del MERCOSUR que contempla el diseño participativo de planes de intervención en zonas seleccionadas. RESULTADO 3: Se han alcanzado avances significativos en la implementación del Sistema Globalmente Armonizado de Clasificación y Etiquetado de Productos Químicos (SGA)del MERCOSUR y se han creado capacidades analíticas regionales. RESULTADO 4: Se ha completado la elaboración de la base normativa técnica y reglamentaria armonizada del MERCOSUR	(1.1) Por lo menos 40 PyMEs implementan algunas de las prácticas de gestión ambiental y producción limpia con apoyo del proyecto. (1.2) El porcentaje de PyMES del MERCOSUR que saben cómo identificar insumos fabricados por empresas que incorporan la gestión ambiental a su gestión general se incrementa en el orden de un 50%(al finalizar el Proyecto). (2.1) La Visión Estratégica regional compartida para combatir los procesos de desertificación y efectos de la sequía en MERCOSUR definida antes del segundo año del proyecto a través del Programa Subregional de Combate a la DyS. (2.2) Por lo menos CUATRO intervenciones preventivas, correctivas o curativas, de carácter demostrativo, implementadas antes del cuarto año del proyecto, en cada Estado Parte, en algunas de las zonas identificadas (por ejemplo: reforestación con especies autóctonas, fortalecimiento de los intersticios de naturaleza entre cultivos, uso de suelo acorde con su vocación ecológica, corrección de torrentes, recuperación de suelos salinos).	(1.1) Línea de base de los contratos de subvención y Evaluación de impacto de los contratos de subvención. (1.2) Encuesta sobre preferencias del consumidor al inicio (línea de base) y al final del proyecto. (2.1) La Visión Estratégica formulada. (2.2) Los informes de ejecución de obra de las intervenciones implementadas en cada país." (3.1) La publicación de los diagnósticos comparativos en la WEB. Las Propuestas de normas y reglamentos elaborados. 2) Las Publicaciones estadísticas, los manuales elaborados y el material de	(1)Las PyMEs aceptan que la producción mas limpia puede mejorar su imagen, sus relaciones con la Administración y con su entorno y la eficiencia de su proceso productivo. Riesgo de que las PyMEs consideren más rentable y conveniente un mal comportamiento ambiental. Riesgo de que la gestión ambiental implantada en las PyMEs acogidas sea solo una forma de acceder a la subvención y no una forma real de incorporar sensibilidad y compromiso ambiental a su gestión. (3) Decisión política e interés de los sectores publico y privado en la aplicación del SGA

	LÓGICA DE INTERVENCIÓN	INDICADORES OBJETIVAMENTE COMPROBABLES	FUENTES DE COMPROBACIÓN	HIPÓTESIS
	en aspectos relacionados con la calidad y seguridad de productos en las áreas seleccionadas: productos eléctricos, metalmecánica, madera y muebles (estos últimos para Uruguay y Paraguay), fortaleciendo capacidades de evaluación de la conformidad en la región (RT y PECS).	(3.1). Documentos de diagnósticos comparativos de la legislación vigente en cada Estado Parte disponibles para al menos un sector productivo de interés para el MERCOSUR para todos los niveles de Gobierno, en el ámbito de productos peligrosos (etiquetado y transporte). (3.2). Documentos de propuestas de ajuste y/o normas del MERCOSUR y reglamentos técnicos regionales elaborados y convergentes con el SGA con el libro púrpura de NNUU - cuya conveniencia técnica y consistencia jurídica deberá ser consensuada por el SGT-6, previa consideración del Grupo Mercado Común del MERCOSUR. (3.3). Por lo menos 5 ensayos o análisis acreditados con ISO 17025, aplicables para el SGA. (4.1) Propuestas de normas, reglamentos técnicos y PECs elaborados para todos los productos seleccionados, cuya conveniencia técnica y consistencia jurídica deberá ser consensuada por el SGT-3, previa consideración del Grupo Mercado Común del MERCOSUR (Áreas: productos eléctricos, metalmecánica, madera y muebles, estos últimos para Uruguay y Paraguay).	difusión. (3.1) Los Informes del Proyecto. (3.2.) El texto de las propuestas de Normas Técnicas (3.3) Los certificados de acreditación de análisis (4.1) Publicaciones de la Secretaría del MERCOSUR. (4.2) Los certificados de acreditación de cada ensayo	El grupo ad hoc de sustancias químicas de la SGT 6 dará seguimiento a la temática del SGA y del presente proyecto" (4) Los países de MERCOSUR no aprobarán legislación adicional divergente que entorpezca el comercio, a menos que lo justifique el Art. 50 del Tratado de Montevideo de 1980.

	LÓGICA DE INTERVENCIÓN	INDICADORES OBJETIVAMENTE COMPROBABLES	FUENTES DE COMPROBACIÓN	HIPÓTESIS
		(4.2) Por lo menos 4 ensayos acreditados en cada Estado Parte.		

ACTIVIDADES	LÓGICA DE INTERVENCIÓN	MEDIOS Y COSTES				
A1	Actividad 1: Promover la Producción y el Consumo Sostenibles (PCS) Actividad 1.1 Producir y divulgar información sobre buenas prácticas de PCS para los sectores meta (consumidores, PyMES, microempresas y sector público) atendiendo a las características de cada Estado Parte. Actividad 1.2 Creación de un Fondo aplicado a la implementación de practicas de gestión ambiental y producción limpia por parte de las PYMES del MERCOSUR.	ACTIVIDAD 1: PCS				
			UE	MERCOSUR	PYMES	TOTAL
		1. Servicios	710	282	0	992
		1.2. AT	70	192	0	262
		1.4 Estudios	369	0	0	369
		1.5 Form. y Cap.	163	90	0	253
		1.6 Intercambios Exp.	108	0	0	108
		2. Suministros	60	0	0	60
		2.1 Equipos y material	60	0	0	60
		7. Fondos de Int. MA	1.100	0	498	1.598
		SUBTOTALES	1.870	282	498	2.670
A2	Actividad 2: Luchar contra la Desertificación y la Sequía (DyS) Actividad 2.1: Promover la convergencia de los planes nacionales de lucha contra la DyS a través de un programa regional en el MERCOSUR e identificar intervenciones fuerza-preventivas, correctivas o curativas por parte de la administración publica, en por lo menos cuatro zonas homogéneas seleccionadas por los Estados Parte , a través del SGT-6. Actividad 2.2. Ejecutar intervenciones fuerza-preventivas correctivas o curativas en por lo menos las cuatro intervenciones propuestas por el Comité de Dirección del proyecto. Actividad 2.3. Elaborar y Divulgar los planes piloto para cada una de las cuatro	ACTIVIDAD 2: DyS				
			UE	MERCOSUR	PYMES	Total
		1. Servicios	810	290	0	1.100
		1.2. AT	40	200	0	240
		1.4 Estudios	338	0	0	338
		1.5 Formación y cap.	313	90	0	403
		1.6 Inter. de exper.	120	0	0	120

ACTIVIDADES	LÓGICA DE INTERVENCIÓN	MEDIOS Y COSTES																																																																						
	intervenciones propuestas dentro de las zonas identificadas (hasta 10) como prioritarias, orientadas a identificar el uso y las técnicas del manejo sostenible de la tierra así como las zonas degradadas dignas de recuperación. Actividad 3: Avanzar en la adopción de las orientaciones internacionales del Sistema Globalmente Armonizado de Clasificación y Etiquetado de Productos Químicos (SGA) en el MERCOSUR y en el desarrollo de capacidades analíticas regionales. Actividad 3.1 Promover la adopción de las orientaciones internacionales del SGA. Con esta actividad se pretende dar a conocer las reglamentaciones y normas vigentes en cada Estado parte y que pueden afectar directa o indirectamente a la implementación del SGA. Actividad 3.2 Fortalecer y crear las capacidades analíticas locales de sustancias químicas y fortalecer la infraestructura de laboratorios disponible para la implementación del SGA. Están previstas las siguientes sub-actividades.	<table><tr><td>2. Suministros</td><td>60</td><td>0</td><td>0</td><td>60</td></tr><tr><td>2.1 Equipos y material</td><td>60</td><td>0</td><td>0</td><td>60</td></tr><tr><td>3. Obras</td><td>1.000</td><td>510</td><td>0</td><td>1.510</td></tr><tr><td>SUBTOTALES</td><td>1.870</td><td>800</td><td>0</td><td>2.670</td></tr></table> ACTIVIDAD 3: SGA <table><tr><td></td><td>UE</td><td>MERCOSUR</td><td>Pymes</td><td>Total</td></tr><tr><td>1. Servicios</td><td>630</td><td>370</td><td>0</td><td>1.000</td></tr><tr><td>1.2. AT</td><td>0</td><td>280</td><td>0</td><td>280</td></tr><tr><td>1.4 Estudios</td><td>347</td><td>0</td><td>0</td><td>347</td></tr><tr><td>1.5 Formación</td><td>150</td><td>90</td><td>0</td><td>240</td></tr><tr><td>1.6 Interc.experiencia</td><td>133</td><td>0</td><td>0</td><td>133</td></tr><tr><td>2. Suministros</td><td>1.240</td><td>130</td><td>0</td><td>1.370</td></tr><tr><td>2.1 Equipos y material</td><td>1.240</td><td>130</td><td>0</td><td>1.370</td></tr><tr><td>3. Obras</td><td>0</td><td>300</td><td>0</td><td>300</td></tr><tr><td>SUBTOTALES</td><td>1.870</td><td>800</td><td>0</td><td>2.670</td></tr></table>	2. Suministros	60	0	0	60	2.1 Equipos y material	60	0	0	60	3. Obras	1.000	510	0	1.510	SUBTOTALES	1.870	800	0	2.670		UE	MERCOSUR	Pymes	Total	1. Servicios	630	370	0	1.000	1.2. AT	0	280	0	280	1.4 Estudios	347	0	0	347	1.5 Formación	150	90	0	240	1.6 Interc.experiencia	133	0	0	133	2. Suministros	1.240	130	0	1.370	2.1 Equipos y material	1.240	130	0	1.370	3. Obras	0	300	0	300	SUBTOTALES	1.870	800	0	2.670
2. Suministros	60	0	0	60																																																																				
2.1 Equipos y material	60	0	0	60																																																																				
3. Obras	1.000	510	0	1.510																																																																				
SUBTOTALES	1.870	800	0	2.670																																																																				
	UE	MERCOSUR	Pymes	Total																																																																				
1. Servicios	630	370	0	1.000																																																																				
1.2. AT	0	280	0	280																																																																				
1.4 Estudios	347	0	0	347																																																																				
1.5 Formación	150	90	0	240																																																																				
1.6 Interc.experiencia	133	0	0	133																																																																				
2. Suministros	1.240	130	0	1.370																																																																				
2.1 Equipos y material	1.240	130	0	1.370																																																																				
3. Obras	0	300	0	300																																																																				
SUBTOTALES	1.870	800	0	2.670																																																																				
A4	Actividad 4: Definición de una base normativa técnica y reglamentaria armonizada en el MERCOSUR en aspectos relacionados com calidad y seguridad de productos en áreas específicas seleccionadas, madera y muebles (estos últimos en Uruguay y Paraguay), productos eléctricos y metal mecánica, fortaleciendo las capacidades de	ACTIVIDAD 4: N,RT Y PECS <table><tr><td></td><td>UE</td><td>MERCOSUR</td><td>Pymes</td><td>TOTAL</td></tr><tr><td>1. Servicios</td><td>1.727</td><td>1.464</td><td>0</td><td>3.191</td></tr></table>		UE	MERCOSUR	Pymes	TOTAL	1. Servicios	1.727	1.464	0	3.191																																																												
	UE	MERCOSUR	Pymes	TOTAL																																																																				
1. Servicios	1.727	1.464	0	3.191																																																																				

ACTIVIDADES	LÓGICA DE INTERVENCIÓN	MEDIOS Y COSTES				
	evaluación de la conformidad en la región.	1.2. AT	910	1.344	0	2.254
	Actividad 4.1 Promover la convergencia normativa, reglamentaria y de Procedimientos de Evaluación de la Conformidad (PECs) en las áreas seleccionadas.	1.4 Estudios	210	0	0	210
		1.5 Formación	340	120	0	460
	Actividad 4.2 Acreditar ensayos.	1.6 Inter. experiencia	267	0	0	267
		2. Suministros	3.884	336	0	4.220
	Actividad 4.3 Fortalecer los sistemas nacionales de evaluación de la conformidad de productos.	2.1 Equipos y material	3.884	336	0	4.220
		3. Obras	0	600	0	600
		SUBTOTALES	5610	2400	0	8.010

ANEXO II DEL CONVENIO DE FINANCIACIÓN N°DCI-ALA 2008/19707

Disposiciones técnicas y administrativas

País beneficiario/Región beneficiaria	Mercado Común del Sur (MERCOSUR)		
Autoridad solicitante	Grupo Mercado Común (GMC)		
Línea presupuestaria	19.090100		
Título	Programa "ECONORMAS – MERCOSUR" Apoyo a la profundización del proceso de integración económica y desarrollo sostenible de MERCOSUR		
Coste total	€18,000.000 (CE: €12,000.000, MERCOSUR €6,000.000)		
Método de ayuda modo de gestión	Enfoque proyecto Gestión parcialmente descentralizada		
Código CAD	43010	Sector	Reformas Económicas

ÍNDICE

1. FUNDAMENTO LÓGICO

- 1.2. Situación económica, social y ambiental
- 1.2 Contexto sectorial
- 1.3 Lecciones aprendidas y acciones complementarias
- 1.4 Coordinación de los donantes

2. DESCRIPCIÓN

- 2.1 Objetivos
- 2.2 Resultados previstos
- 2.3 Calendario de actividades y ejecución

3. LOCALIZACIÓN Y DURACIÓN

- 3.1 Localización
- 3.2 Duración

4. EJECUCIÓN

- 4.1 Organización
 - 4.1.1. Ejecución directa o delegación de tareas
 - 4.1.2. Informes
- 4.2 Presupuesto del proyecto/programa
- 4.3 Movilización del presupuesto del proyecto
 - 4.3.1 Grado de descentralización
 - 4.3.2 Procedimientos de contratación pública y de concesión de subvenciones
 - 4.3.2.1 Normas generales para los contratos descentralizados
 - 4.3.2.2 Excepciones a los contratos descentralizados
 - 4.3.3 Modalidades de financiación

5. SUPERVISIÓN, AUDITORÍA Y EVALUACIÓN

- 5.1 Supervisión
- 5.2 Evaluación
- 5.3 Auditoria

6. INFORMACIÓN Y VISIBILIDAD

7. CONDICIONES PARTICULARES

8. DOCUMENTOS ADJUNTOS

1. FUNDAMENTO LÓGICO

1.1 Situación económica, social y ambiental

El MERCOSUR es el tercer mayor bloque económico del mundo, con un PIB de US\$ 1.575 mil millones o US\$ 2.780 mil millones en paridad de poder adquisitivo, con una población de 240 millones en 2007. Brasil es la mayor economía con el 82% del PIB del MERCOSUR, seguido por Argentina con el 16%, Uruguay con el 1,3%, y Paraguay con el 0,7%.

Tras las graves crisis económicas y financieras sufridas por Argentina, Uruguay y Paraguay y las turbulencias financieras experimentadas por Brasil durante 2000-2002, las economías del MERCOSUR empezaron a recuperarse a mediados de 2003, fruto de las diferentes políticas aplicadas en los países así como de otros factores clave que están contribuyendo al crecimiento de la actividad económica en la región: i) la estabilización macroeconómica y financiera y la mejora de las cuentas externas ii) continuidad de implementación de políticas de desarrollo industrial, socioeconómicas y medioambientales sustentables, y iii) el aumento de la competitividad de la región también ayudada por el aumento de los precios internacionales de las materias primas que exporta la región.

En 2007, las economías del MERCOSUR crecieron alrededor de 20%, superando la media de crecimiento de la economía mundial. El PIB per cápita en la región aumentó alrededor del 15%, alcanzando la cifra de 5.370 dólares estadounidenses, aunque con diferencias nacionales significativas: US\$ 1.715 en Paraguay, US\$ 6.616 en Uruguay, US\$ 6.841 en Brasil y US\$ 6.309 en Argentina. La media per cápita del PIB es de 10.865 de dólares sobre la base de la paridad del poder adquisitivo (indicadores mundiales de desarrollo, Banco Mundial).

Según los cálculos proporcionados por el FMI utilizando los datos correspondientes al año 2007 de la misma fuente, se constata que el crecimiento promedio ponderado de las economías del MERCOSUR en 2007 a precios constantes fue de 6,13% con crecimientos nacionales de 5,4% en Brasil, 8,7% en Argentina, 7% en Uruguay y 6,4% en Paraguay.

Los PIB per cápita en 2007, en cada país miembro del MERCOSUR, medidos en función de sus PPA: 9.695 dólares Brasil, 13.308 dólares Argentina, 11.621 dólares Uruguay y 4.489 dólares Paraguay. Los PIB nominales per cápita en 2007, en cada país miembro del MERCOSUR: 6.938 dólares Brasil, 6.606 dólares Argentina, 7.172 dólares Uruguay y 1.802 dólares Paraguay.

Según el informe sobre desarrollo humano de las Naciones Unidas de 2007, los mejores puestos entre los países latinoamericanos los ocupan Argentina y Uruguay, 38 y 46 respectivamente, mientras que Brasil y Paraguay están en los puestos 70 y 951.

De acuerdo al mismo informe, en materia de Gasto Público en educación como porcentaje del PIB se observa un crecimiento en Argentina y Paraguay, que pasó de 3.3 % a 3.8 % y de 1.9 % a 4.3 % respectivamente entre 1990 y el período 2005. En el caso de Uruguay tuvo un pequeño aumento de 2.5 a 2.6 % en el mismo período, pero existe un compromiso del gobierno actual de aumentarlo a un 4.5% del PIB, nivel similar al que tuvo Brasil en el 2005 (4.4%). También mejoró la tasa de alfabetización de jóvenes de 15 a 24 años, la que ha

¹ IDH sobre datos de 2005, Human Development Report 2007, UNDP.

pasado de 98.2 a 98.9 en Argentina y de 91.8 a 96.8 en Brasil. En el caso de Paraguay, al 2005 es de 95.9 y para Uruguay 98.6. El índice de mortalidad de los niños de menos de cinco años de 1990 a 2003 descendió del 20/1000 al 14/1000 en Uruguay; del 25/1000 al 18/1000, en Argentina; del 50/1000 al 34/1000, en Brasil y del 30/1000 al 24/1000, en Paraguay, lo que muestra una mejora constante en los indicadores sanitarios. Por lo tanto y según los indicadores de los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM), casi todos los miembros del MERCOSUR han progresado significativamente en los últimos años.

Desarrollo del comercio:

El comercio intra-MERCOSUR representó un promedio del 15,0% del comercio total en el período 2002-2005, un índice muy bajo comparado con otras regiones (UE 65,9%, CAN 45,3%). Argentina, Uruguay y Paraguay muestran una dependencia comercial importante de sus socios del MERCOSUR- el 25,8% en el caso de Argentina, el 37,0% en el caso de Uruguay y el 55,7% en el de Paraguay, durante el período 2002-2005 - no así Brasil cuyo comercio con otros miembros del MERCOSUR representó sólo el 9,4% de su comercio total en el mismo período. Considerando el tamaño relativo de la economía brasileña, éste sería el principal factor que explica los niveles modestos del comercio intra-MERCOSUR. La participación del MERCOSUR en el comercio mundial también es modesta aunque sus flujos comerciales muestren una tendencia creciente. A pesar de ser la cuarta economía del mundo, su participación en el comercio mundial representó sólo un 1,05% del total durante el período de 2002-2005. La UE es socio comercial principal del MERCOSUR (25% de su comercio en 2005), seguida por los EE.UU. (20,0%). El resto de América Latina supone alrededor del 13% del comercio del bloque.

Situación ambiental:

MERCOSUR es una de las regiones del planeta más ricas y variadas en términos de ecosistemas que mantienen la biodiversidad. Además concentra un porcentaje muy elevado de recursos naturales y de tierras cultivables. No obstante, es necesario sumar esfuerzos para mantener su sostenibilidad y revertir procesos de contaminación y degradación de determinadas áreas sujetas a fuertes presiones de crecimiento demográfico y económico.

1.2 Contexto sectorial:

Normativa ambiental

Los temas ambientales han estado presentes en la agenda del MERCOSUR desde el Tratado fundacional de Asunción que incluye la protección del medio ambiente en su preámbulo. Desde 1992, los temas ambientales fueron abordados por la Reunión Especializada de Medio Ambiente (REMA).

Posteriormente, ese foro se transformó en 1995 en el Subgrupo 6 Medio Ambiente MERCOSUR en cuyo ámbito los Estados Parte del MERCOSUR informan y evalúan sus posiciones en el orden internacional en materia de medio ambiente. El objetivo general de dicho Subgrupo es hacer propuestas para garantizar la integridad medioambiental en los países miembros del MERCOSUR, en el contexto de la unión aduanera. Sus objetivos específicos son: i) promover la integración en el campo de las relaciones sobre medio ambiente y su compatibilización con las políticas comerciales y económicas; (ii) evitar restricciones y distorsiones comerciales, a menos que lo justifique el Art. 50 del Tratado de Montevideo de 1980; iii) llevar a cabo estudios, proyectos y acciones y prácticas para

prevenir la contaminación y promover la protección ambiental; y iv) promover medidas efectivas ambientales.

En marzo de 2001, en Florianópolis, el MERCOSUR adoptó el Acuerdo Marco sobre el Medio Ambiente (ratificado en 2004), en el que se reafirma el compromiso respecto a los principios de la Declaración de Río de 1992 y también se compromete a cooperar en la protección del medio ambiente y en acciones para asegurar el uso sostenible de los recursos naturales.

En junio de 2004, se creó la Reunión de Ministros de Medio Ambiente, con el objetivo de dar la dirección política al programa en materia de medio ambiente del MERCOSUR. Ese mismo año, el Consejo del Mercado Común adoptó la Decisión 14/04 relativa al «Protocolo Adicional al Acuerdo Marco de Medio Ambiente en materia de Cooperación y Asistencia ante Emergencias Ambientales». El Protocolo aspira a asegurar que «Los Estados Partes, a través de sus Puntos Focales, se prestarán cooperación recíproca y asistencia cuando se produzca una emergencia que tenga consecuencias efectivas o potenciales en el medio ambiente o en la población de su propio territorio o de otro Estado Parte.».

Producción y consumo sostenibles (PCS)

En oportunidad de la Reunión de Ministros de Medio Ambiente del MERCOSUR, celebrada en Octubre de 2003 se acordó la "Declaración de Principios de Producción más Limpia para el MERCOSUR". El objetivo principal de ésta era poner en marcha una serie de principios que guían la acción en la materia, los cuales conviene profundizar e instrumentar para su efectiva implementación.

En el marco de las actividades desarrolladas por el SGT 6, con el apoyo de la Cooperación Alemana, tal como se señala en el párrafo siguiente y sobre la base de la Declaración referida se trabajó sobre una propuesta de Política, que una vez acordada por dicho Subgrupo se elevó a consideración del máximo órgano del MERCOSUR, que la aprobó mediante DEC. CMC N° 26/07 "Política de Promoción y Cooperación en Producción y Consumo Sostenible del MERCOSUR". Con ésta se pretende contar con una política regional orientada a mejorar la eficiencia del proceso productivo, reduciendo los riesgos para la salud humana y para el medio ambiente contribuyendo a alcanzar las metas del Milenio. Asimismo, teniendo en cuenta los principios y compromisos adoptados por los Estados Parte del MERCOSUR, se requiere lograr un cambio hacia un consumo más sostenible, hacia una gestión ambiental de la empresa orientada a un consumo más racional y eficiente de los recursos naturales, hacia la prevención de la contaminación y hacia la mejora de la competitividad. Por último, se señala que las acciones y herramientas para la producción y el consumo sostenibles, deben facilitar la creación de empleo, la reducción de la pobreza y la inclusión social en los Estados Partes.

Una experiencia relevante desarrollada a nivel MERCOSUR ha sido el Proyecto Competitividad y Medio Ambiente (CYMA) financiado por la GTZ alemana, proyecto que ha definido una metodología común y formado capacidades entre los actores publico-privados de la región para permitir avanzar con éxito en nuevos proyectos dentro del capítulo medioambiental. Por su parte, el SGT6 ha diseñado un plan de acción para el desarrollo de la producción y consumo sostenibles basado precisamente en dos ejes de acción, que se orientan a los dos agentes implicados en la cuestión, productores y consumidores: (a) Promover prácticas de Producción y Consumo Sostenible (PCS) en sectores prioritarios, en particular en

PyMEs y (b) Proporcionar información sobre PCS para sectores productivos y para los consumidores públicos y privados del MERCOSUR.

Lucha contra la Desertificación y los Efectos de la Sequía (DyS):

MERCOSUR ha definido una “Estrategia de Lucha Contra la Desertificación, la Degradación de la Tierra y los Efectos de la Sequía”, inscrita en el marco de la Convención de las Naciones Unidas sobre el mismo tema, en vigor desde 1996, y en particular en su Anexo III de Aplicación Regional para América Latina y El Caribe. Dicha Estrategia fue elaborada por el Grupo Ad hoc de Lucha contra la Desertificación y la Sequía del SGT-6. La Estrategia propone una política de MERCOSUR y directrices estratégicas en la materia, una plataforma de cooperación internacional, un programa de acción sub-regional MERCOSUR, la participación coordinada de los países del bloque, una análisis de los escenarios retrospectivos, coyunturales y prospectivos, un diagnóstico de los procesos de degradación y una alianza regional para el manejo sostenible de la tierra. Sobre tales referencias se orientó el trabajo del grupo Ad hoc en la reunión de Buenos Aires celebrada el 21 y 22 de abril de 2008; El grupo planteó tres aspectos fundamentales: a) teniendo en cuenta la existencia de planes nacionales, la convergencia de MERCOSUR en la lucha contra la desertificación y efectos de la sequía, basada en la identificación, mapeo y diagnóstico general de las zonas seleccionadas de MERCOSUR en relación con el tema y en la definición de los usos del suelo y de las practicas de su aprovechamiento realizadas a “la medida” para cada zona seleccionada; b) en el apoyo a la efectiva puesta en funcionamiento del Sistema de Información Ambiental del MERCOSUR (SIAM) para fortalecer sus prestaciones especialmente en la información gráfica, así como en la información a los interesados a través de la elaboración y divulgación de un manual y de talleres de capacitación a formadores (agentes multiplicadores); y c) en la ejecución de una “intervención fuerza” o actuaciones paradigmáticas, en algunas de las zonas homogéneas identificadas, por parte de la administración pública.

Avances para la implementación del Sistema Globalmente Armonizado de Clasificación y Etiquetado de Productos Químicos (SGA) y creación de capacidades analíticas regionales.

Para avanzar hacia la implementación del SGA en el MERCOSUR se dispone de las orientaciones del denominado “Libro púrpura” relativo a la clasificación y el etiquetado producido por Naciones Unidas. Este Sistema es la referencia sobre la que ha trabajado el SGT-6, y sobre la cual se concreta en este proyecto, en base a dos grandes propósitos: promover su adopción; y fortalecer las capacidades de los sectores implicados (ambiente, salud, transporte, trabajo y agricultura) para la aplicación del SGA. Ambos se desarrollan a nivel de actividades y acciones.

Armonización de Normas y Reglamentos Técnicos y Procedimientos de Evaluación de la Conformidad

Simultáneamente, la Unión Europea ha venido apoyando los esfuerzos de integración del MERCOSUR para mejorar el comercio recíproco entre los Estados Partes del MERCOSUR y los países de la Unión Europea. El Memorando de Entendimiento entre el MERCOSUR y la Comisión Europea y el Documento de Estrategia Regional 2002-2006, definieron la puesta en marcha de acciones concretas para promover la integración de los Estados Partes del MERCOSUR y el desarrollo de su mercado interno mediante la armonización de los reglamentos técnicos y de los procedimientos para la evaluación de la conformidad.

Durante la 10ª Ronda de Negociaciones MERCOSUR-UE, celebrada en Asunción el 24 de junio de 2003, el MERCOSUR expresó su interés en definir un proyecto de cooperación para la convergencia normativa y reglamentaria en las áreas de metal mecánica, productos eléctricos, madera y muebles (estos últimos para Uruguay y Paraguay).

El Sub-Grupo de Trabajo N° 3 (SGT-3) “Reglamentos Técnicos y Evaluación de la Conformidad” aprobó por consenso, en mayo de 2006, un marco lógico para implementar dicho proyecto, enfocado en promover una activa participación privada en el proceso de normalización y concertación reglamentaria, sobre un grupo de productos de las áreas previamente mencionadas, y seleccionados por su interés comercial manifiesto. Dicho marco lógico constituye la base de la cuarta línea de acción de este proyecto.

Coherencia con el Programa Indicativo Regional (PIR) 2007-2013

El proyecto se enmarca dentro del Programa Indicativo Regional (PIR) 2007-2013 de la cooperación de la CE con el MERCOSUR. Dicho programa se apoya sobre tres áreas prioritarias:

Apoyo a la Institucionalización del MERCOSUR

Apoyo a la profundización del MERCOSUR.

Esfuerzos para consolidar y aumentar la participación de la sociedad civil, el conocimiento del proceso regional de integración, la comprensión y la visibilidad mutuas.

Las líneas maestras de esta operación se ubican dentro del componente 2 del PIR, para la cual el Programa Indicativo Regional (PIR) 2007-2013 ha previsto hasta el 70 % de los recursos globales ya que la misma conforma el núcleo de la cooperación CE/ MERCOSUR y constituye su razón de ser y justificación. Además, este programa surge a su vez de las estrategias, de los planes y de las agendas sectoriales definidos por el propio MERCOSUR, a través de sus grupos técnicos (SGT 3 y 6) y sus foros políticos (por Ej. Reunión de Ministros de los sectores ambiente, comercio e industria). El proyecto constituye una experiencia piloto que pretende hacer converger las estrategias transversales de cada Estado Parte en estrategias regionales coherentes y ejecutables. De esta forma se adoptan las directrices del Documento Estratégico Regional (DER) 2007-2013 en el sentido de promover mayores responsabilidades del MERCOSUR en la identificación, programación y planeación de los proyectos regionales.

Finalmente, en el diseño de este proyecto de cooperación se tuvo en cuenta la directriz sobre el manejo de temas transversales, haciendo hincapié especial en el medio ambiente y la biodiversidad.

1.3. Lecciones aprendidas y acciones complementarias

El Proyecto ECONORMAS MERCOSUR recoge la experiencia y las recomendaciones de evaluaciones de las cooperaciones anteriores de la CE al MERCOSUR (1992 al 2006).

Es por ello, que la estrategia de intervención del proyecto adopta el enfoque denominado “espiral de mejora” que consiste en plantear objetivos concretos, limitados, alcanzables y mensurables en un horizonte temporal breve para, una vez conseguidos, abordar otros objetivos más ambiciosos en sucesivos ciclos temporales. De esta forma se entra en una dinámica de progreso y de avance hacia la sostenibilidad que se prolonga de forma indefinida.

El proyecto no prejuzga respecto a las posiciones que los países o las Partes (MERCOSUR-UE), puedan tener en las negociaciones para el futuro Acuerdo de Asociación, ni sobre los resultados en éste u otro ámbito vinculados.

1.4 Coordinación de los donantes

La cooperación técnica alemana (GTZ) ejecutó un proyecto regional en los ámbitos del medio ambiente y de la industria, llamado «Competitividad y Medio Ambiente» que ha realizado contribuciones importantes para consolidar la coherencia entre políticas y programas industriales y medioambientales en el proceso de integración del MERCOSUR. El proyecto CYMA sentó las bases para la formulación de Plan de acción para el consumo y la producción sostenibles en MERCOSUR, el cual sirvió de punto de partida para este proyecto. Una contribución muy importante del CYMA fue la identificación, clasificación y sistematización de herramientas de gestión ambiental (GA) y producción más limpia (P+L) disponibles en la región, así como un relevamiento de las capacidades institucionales para apoyar la implementación de tales herramientas al interior de las PYMEs.

El proyecto ECONORMAS busca fortalecer y continuar el impacto del proyecto CYMA. Para ello, prevé una divulgación amplia de las capacidades regionales en materia de producción y consumo sostenible así como el apoyo a la incorporación de criterios estandarizados de gestión ambiental por las PyMEs organizadas en clusters, cadenas productivas otras formas asociativas. Por todas estas razones, los gestores del proyecto deberán asegurarse de utilizar los recursos ya desarrollados por el CYMA, divulgar ampliamente sus resultados, en particular las herramientas de GA y promover el uso de capacidades y competencias ya desarrolladas por CYMA en la ejecución de los proyectos empresariales a ser subvencionados.

Finalmente, el proyecto PACPYMES de cooperación bilateral UE-Uruguay apoya a empresas exportadoras o con potencial exportador agrupadas en redes o clusters, a través de subsidios para acceder a asesoramiento y capacitación empresarial. Un sector importante apoyado por PACPYMES son las empresas del sector madera y muebles del Uruguay, las cuales están llamadas a jugar un rol importante en el proceso de convergencia normativa y reglamentaria en materia de seguridad y manejo sostenible de bosques. Una estrecha coordinación permitirá potenciar ambas intervenciones, llevando al ámbito regional las experiencias ya desarrolladas a nivel local en el trabajo con distintas formas de asociación empresarial.

2. DESCRIPCIÓN

El programa articula, bajo una misma operación, cuatro líneas de acciones integradas y complementarias entre sí:

La promoción de la producción y consumo sostenibles (PCS);

La lucha contra la desertificación y los efectos de la sequía (DyS);

Avances para la implementación del SGA

La convergencia de la base normativa y reglamentaria – calidad y seguridad- de PRODUCTOS en áreas específicas seleccionadas - madera y muebles (en Uruguay y Paraguay), productos eléctricos, metalmecánica - y creación de capacidades regionales de evaluación de la conformidad.

2.1. Objetivos

Objetivo general

Perfeccionar la calidad y seguridad de los productos originarios del MERCOSUR y fortalecer la capacidad de conciliar el crecimiento de la actividad económica y comercial con la gestión sostenible de los recursos y el fortalecimiento de la protección ambiental.

Objetivo Específico

Contribuir para la profundización de aspectos de la integración del MERCOSUR vinculados con el desarrollo sostenible de la región, mediante la promoción de prácticas de producción y consumo sostenible, el fortalecimiento de la protección ambiental y de la salud, así como el incremento del comercio a través de la convergencia de reglamentos técnicos y procedimientos de evaluación de la conformidad, tomando como referencia las disciplinas de la Organización Mundial de Comercio.

2.2 Resultados previstos

Los resultados esperados de las actividades a ser realizadas por el presente programa, son los siguientes:

RESULTADO 1: La Producción y el Consumo Sostenibles (PCS) han sido promovidos a través de la incorporación progresiva de sistemas de gestión ambiental y producción limpia en las PYMES, así como de pautas de consumo sustentable por los consumidores con vistas a mejorar la calidad de vida de la región.

RESULTADO 2: Se ha logrado la convergencia de los planes nacionales de lucha contra los procesos de desertificación y los efectos de la sequía (DyS) a través de un Programa Subregional del MERCOSUR que contempla el diseño participativo de planes de intervención en zonas seleccionadas.

RESULTADO 3: Se han alcanzado avances significativos en la implementación del Sistema Globalmente Armonizado de Clasificación y Etiquetado de Productos Químicos (SGA) del MERCOSUR y se han creado capacidades analíticas regionales.

RESULTADO 4: Se ha completado la elaboración de la base normativa técnica y reglamentaria armonizada del MERCOSUR en aspectos relacionados con la calidad y la seguridad de productos en las áreas seleccionadas: madera y muebles en Uruguay y Paraguay, productos eléctricos y metalmecánica, fortaleciendo las capacidades de evaluación de la conformidad en la región.

2.3. Calendario de actividades y ejecución

Las actividades que habrá que aplicar con el fin de alcanzar cada uno de los resultados mencionados en el apartado anterior son las siguientes:

Actividades vinculadas al resultado 1: Promover la Producción y el Consumo Sostenibles (PCS)

Actividad 1.1 Producir y divulgar información sobre buenas prácticas de PCS para los sectores meta (consumidores, PyMEs, microempresas y sector público) del MERCOSUR, atendiendo a las características particulares de cada Estado Parte. Con esta actividad se pretende poner a disposición de los grupos meta información sobre las capacidades regionales en materia de gestión ambiental, producción limpia y consumo sostenible.

Comprende las siguientes sub-actividades:

A1.1.1. Realizar dos encuestas regionales sobre el comportamiento del consumidor en materia ambiental, focalizadas en el sector público y en los ciudadanos, con énfasis cadenas

productivas a seleccionar (a) una al inicio del proyecto para establecer línea de base; y (b) otra al final del proyecto, para investigar la evolución de las prácticas de consumo del MERCOSUR -en lo que respecta a los temas ambientales.

A1.1.2. Diseñar e implementar un Portal WEB y una base de datos -como aporte al Sistema de Información Ambiental del MERCOSUR- en red entre las instituciones de los Estados Parte. La actividad implica la adquisición de “software” y “hardware”, elementos de comunicaciones y la contratación de especialistas técnicos para el diseño de las aplicaciones y archivos y procedimiento de "gestión de contenidos" que permitirán a usuarios registrados publicar de manera descentralizada contenidos del portal. El procedimiento diseñado deberá permitir que las autoridades competentes de los Estados Parte conduzcan la gestión, y control de la publicación, así como de la actualización, modificación, revocación, etc. de los contenidos publicados en forma descentralizada. Los Estados Partes contribuirán a través del SGT 6 con personal local para la gestión de las aplicaciones y archivos.

A1.1.3. Relevar, identificar y publicar en el Portal Web capacidades territoriales y regionales en materia ambiental. Los posibles contenidos del portal incluyen; Caja de herramientas de GA y P+L, Gestores autorizados de residuos, Consultoras para diagnóstico y desarrollo de sistemas de gestión ambiental; Proveedores de equipos e instalaciones para mitigar los impactos ambientales negativos; Proveedores de financiamiento para inversiones ambientales. Se contratará AT para el relevamiento inicial de capacidades territoriales y confección de fichas a ser publicadas en el portal (1 mes x 4 países) y se desarrollaran acciones de visibilidad para "presentar" el Portal a los grupos metas. Se espera que la gestión de contenidos descentralizada facilite la actualización del portal por los mismos interesados previa validación por las autoridades competentes de los Estados Parte (Como complemento de A1.1.2.).

A1.1.4. Elaborar y difundir material de divulgación de Buenas Prácticas de Consumo y Producción Sostenible (BPPS) dirigidos a grupos meta a través de medios masivos como Web, prensa escrita, radio y televisión. El desarrollo de los contenidos estará a cargo del personal local de las instituciones de los Estados Parte que conforman el SGT6. Se contratará especialistas para el diseño de una campaña de divulgación de buenas prácticas de consumo sostenible orientada a los grupos meta. Con los contenidos desarrollados se producirá material audiovisual y gráfico para divulgación popular de los contenidos de acuerdo a la estrategia de la campaña (por ejemplo: a través de la Web, impresos y divulgación radial y televisiva). Se promoverán acciones de visibilidad, así como talleres y otros eventos de capacitación regionales y locales sobre Buenas Prácticas de Consumo y Producción Sostenible (BPPS) dirigidos a grupos meta.

A1.1.5. Realizar talleres y otros eventos de capacitación regionales y locales sobre Buenas prácticas de Consumo y Producción Sostenible (BPPS) dirigidos a grupos meta (consumidores, Pymes, microempresas).

Actividad 1.2 Creación de un fondo aplicado a la implementación de practicas de gestión ambiental y producción limpia por parte de las PYMES del MERCOSUR.

Comprende las siguientes sub-actividades:

A1.2.1 Diseñar el mecanismo de licitación de subvenciones destinadas a Proyectos asociativos de PYMES (agrupaciones temporales formalizadas) interesadas en la implementación de practicas de gestión ambiental según criterios de elegibilidad (sectores, zonas geográficas, etc.) definidos en el ámbito del Comité de Dirección del Programa y dispuestas a asumir compromisos graduales de reducción de impactos negativos sobre el ambiente. Con las subvenciones se financiará parcialmente la implantación del sistema normalizado de gestión ambiental y producción limpia de cada PYME participante, así como alguna de las mejoras físicas (obras, equipos, instalaciones, etc.) que las empresas instalen para la aplicación de su sistema de gestión ambiental.

A1.2.2.Lanzar la licitación, adjudicar a los proyectos asociativos y monitorear la ejecución de los contratos de subvención. Se suscribirán contratos de subvención con 4 a 8 proyectos asociativos para toda la región formados a su vez cada uno de ellos por un número de entre 6 a 12 empresas. La subvención financiará: (100%) del diagnóstico ambiental, (100%) de la certificación, (30%) de inversión física, hasta un total de €40.000 por unidad económica (empresa que cumpla con los criterios de elegibilidad definidos por el Comité de Dirección del Programa. Los beneficiarios financiarán (100%) de la implantación de las prácticas de gestión ambiental y producción más limpia incluido el manual, y (70%) de la inversión física.

A1.2.3.Evaluar y divulgar los resultados de las subvenciones a fin de dar visibilidad a los proyectos ejecutados.

Actividades vinculadas al resultado 2: Luchar contra la desertificación y los efectos de la sequía (DyS)

Actividad 2.1 Promover la convergencia de los planes nacionales de lucha contra la DyS a través de un Programa regional en el MERCOSUR y ejecutar intervenciones fuerza-correctivas o curativas por parte de la administración pública, en por lo menos cuatro zonas homogéneas seleccionadas por los Estados Parte, a través del SGT6.

Comprende las siguientes sub-actividades:

A2.1.1. Identificar, mapear y diagnosticar zonas seleccionadas de MERCOSUR desde el punto de vista de los riesgos y procesos activos de desertificación y afectación por la sequía. Se contratará asistencia técnica local que trabajará con los especialistas de los Ministerios del Ambiente y otras instituciones afines de cada Estado parte.

A2.1.2. Relevar y realizar un análisis comparativo de los planes nacionales de lucha contra la DyS, identificar el estado de implementación de cada uno y definir líneas de base por país y por sub-regiones para la lucha contra la desertificación y los efectos de la sequía.

A2.1.3. Fomentar la implementación de acciones previstas en la Estrategia de Lucha contra la Desertificación y la Sequía en el MERCOSUR buscando la adecuación de los planes nacionales en una visión convergente dentro del MERCOSUR. Se contratará asistencia técnica local que trabajará con los especialistas de los Ministerios del Ambiente y otras instituciones responsables de la planificación de la gestión ambiental en los Estados Parte.

Actividad 2.2 Identificar y ejecutar intervenciones fuerza-preventivas, correctivas o curativas- en por lo menos las cuatro intervenciones propuestas por el Comité de Dirección del proyecto. Con esta actividad se pretende ejecutar por lo menos cuatro intervenciones preventivas, correctivas o curativas, de carácter demostrativo en cada Estado Parte, en algunas de las zonas identificadas (por ejemplo: reforestación con especies autóctonas, fortalecimiento de los intersticios de naturaleza entre cultivos, uso de suelo acorde con su vocación ecológica, corrección de torrentes, recuperación de suelos salinos). Estas intervenciones serán identificadas dentro de la Actividad 2.1. y serán propuestas por el Comité de Dirección del proyecto y ejecutadas por el Gobierno central y/o los Gobiernos locales de cada Estado Parte.

Actividad 2.3 Elaborar y divulgar los Planes Piloto para cada una de las cuatro intervenciones propuestas dentro de las zonas identificadas (hasta 10) como prioritarias, orientados a identificar el uso y las técnicas de manejo sostenible de la tierra así como las zonas degradadas dignas de recuperación. Con esta actividad se pretende enfocar el tratamiento del problema “a la medida” no solo para MERCOSUR, sino para cada una de las zonas identificadas. Por ello se prevé delimitar en cada una de las zonas, áreas piloto representativas, de pequeña extensión y elaborar un plan detallado en cada una de ellas que luego se pueda extender al conjunto de la zona. El criterio fundamental para establecerlas es el de representatividad del problema en la zona de que se trate. Dos criterios fundamentales intervendrán en la identificación de las áreas piloto: el carácter geográfico y el tamaño de las

explotaciones, pero a estos se pueden añadir otras que se consideren oportunas. Esta actividad será coordinada y ejecutada simultáneamente con la actividad A1.1.2 ya que involucra a las mismas instituciones del SGT6. Los recursos asignados prevén la incorporación de sistemas de información gráfica y geo-referenciamiento de la información gráfica y digital

Esta actividad comprende las siguientes sub-actividades:

A2.3.1. Elaboración de un Plan Piloto, participativo e innovador, para cada una de las cuatro intervenciones, orientado a identificar el uso del suelo ecológicamente más apropiado y las técnicas de manejo sostenible de la tierra así como las zonas degradadas dignas de recuperación. Estos planes piloto, ubicados dentro de las zonas identificadas como prioritarias (en principio hasta 10) deben ser participativos garantizando su entrada a todos los agentes implicados por acción, sin exclusión de género u otros factores.

A2.3.2. Apoyo al SIAM y publicación de las zonas identificadas, sus características, diagnóstico y resultados del Plan Piloto, incluyendo información gráfica.

A2.3.3. Información a los interesados a través de la elaboración y divulgación de un Manual de gestión ambiental, de fácil comprensión por los usuarios, para cada una de las zonas identificadas y de la realización de talleres de capacitación a formadores (agentes multiplicadores).

Actividades vinculadas al resultado 3: Avanzar en la adopción de las orientaciones internacionales del Sistema Globalmente Armonizado de Clasificación y Etiquetado de Productos Químicos (SGA) en el MERCOSUR y en el desarrollo de capacidades analíticas regionales.

Actividad 3.1 Promover la adopción de las orientaciones internacionales del SGA. Con esta actividad se pretende dar a conocer las reglamentaciones y normas vigentes en cada Estado parte y que pueden afectar directa o indirectamente a la implementación del SGA.

A3.1.1. Establecer pautas regionales para el relevamiento de las normas tomando en consideración los requerimientos actuales y potenciales de los sectores productivos del MERCOSUR.

A3.1.2. Relevar las normas vigentes y volcarlas a una base de datos con recursos para análisis de texto e hipertexto. La base será puesta a disposición de los potenciales usuarios para recibir comentarios y sugerencias.

A3.1.3. Analizar conforme al SGA la normativa vigente en materia de ambiente, de transporte, de salud y de trabajo, e identificar ajustes requeridos y/o vacíos normativos e institucionales, vinculados a las cadenas productivas de interés para el MERCOSUR (Véase Actividad 4). El análisis comparativo de las normas nacionales relevadas se hará cotejándolas con las orientaciones internacionales del SGA contenidas en el denominado “Libro púrpura” relativo a la clasificación y el etiquetado, producido por Naciones Unidas.

A3.1.4. Elaborar propuesta de ajustes o complementación de normas para sectores vinculados a las cadenas productivas de interés para el MERCOSUR (Véase Actividad 4).

Actividad 3.2 Fortalecer y crear las capacidades analíticas locales de sustancias químicas y fortalecer la infraestructura de laboratorios disponible para la implementación del SGA. Están previstas las siguientes sub-actividades.

A3.2.1. Establecer pautas regionales para la creación de capacidad, incluyendo los sectores vinculados a las cadenas productivas de interés para el MERCOSUR (Véase Actividad 4), con especial enfoque en las PyMEs y las situaciones de emergencia. Esto permitirá enfocar el desarrollo de capacidades analíticas de conformidad con las necesidades y demandas del sector productivo.

A3.2.2. Relevar e identificar las necesidades institucionales y de la infraestructura analítica regional, incluyendo los equipamientos y metodologías necesarios, para aplicar el SGA

A3.2.3. Fortalecer las capacidades institucionales, incluyendo los equipamientos y metodologías necesarios para aplicar el SGA.

A3.2.4. Acreditar análisis en conformidad con ISO 17025, a través de programas pilotos en cada uno de los países. En esta actividad se incluyen las tareas preparatorias para la acreditación de ensayos prevista en el SGA.

A3.2.5. Elaborar e implementar una estrategia de capacitación, difusión, comunicación e intercambio de experiencias del SGA, teniendo en cuenta la experiencia regional existente, especialmente enfocada a las PyMEs y a las situaciones de emergencia.

Actividades vinculadas al resultado 4: Definición de una base normativa técnica y reglamentaria armonizada en el MERCOSUR en aspectos relacionados con calidad y seguridad de productos en áreas específicas seleccionadas, madera y muebles (en Uruguay y Paraguay) y productos eléctricos, y metal mecánica, fortaleciendo las capacidades de evaluación de la conformidad en la región (RT y PECS).

Actividad 4.1 Promover la convergencia normativa, reglamentaria y de Procedimientos de Evaluación de la Conformidad (PECs) en las áreas seleccionadas.

A4.1.1. Apoyar a los grupos de trabajo y organismos involucrados en la identificación de productos cuyas características de seguridad y calidad se desea mejorar. Se identificarán y priorizarán productos específicos de las tres áreas según su interés comercial, con base en estudios técnicos sectoriales. Las acciones posteriores del proyecto se enfocarán exclusivamente en los productos seleccionados.

A4.1.2. Realizar estudios comparativos del marco reglamentario y PECs en el MERCOSUR y en la Unión Europea, y en sus países miembro, para los productos seleccionados. Se realizarán estudios comparativos para cada producto seleccionado del marco normativo, reglamentario y de evaluación de la conformidad, vigentes en los países de la UE y del MERCOSUR.

A4.1.3. Formar capacidades regionales en el ámbito de la convergencia técnica. Formación de capacidades regionales en el ámbito de la convergencia técnica, utilizando los resultados de los estudios comparativos para los sectores de mayores asimetrías.

A4.1.4. Fortalecer los sistemas de información de los organismos de reglamentación del MERCOSUR, incluyendo el desarrollo de una base de datos sobre quejas, reclamos y rechazos por no conformidades de los productos.

A4.1.5. Elaborar y proponer normas, reglamentos técnicos y PECs convergentes, cuya conveniencia técnica y consistencia jurídica deberá ser consensuada por el SGT-3, previa consideración del Grupo Mercado Común del MERCOSUR. Se realizarán análisis de los requisitos de calidad y de los niveles necesarios de la seguridad de los productos estudiados para la elaboración de propuestas de normas, reglamentos técnicos y PECs convergentes.

Actividad 4.2 Acreditar ensayos.

A4.2.1. Evaluar la capacidad integral de laboratorios de calibración y ensayos que serán acreditados. Se identificarán los ensayos necesarios para evaluar la conformidad de los productos seleccionados así como los requerimientos de infraestructura y equipamiento.

A4.2.2. Adecuar y equipar laboratorios para calibraciones y ensayos seleccionados en los cuatro países. Los laboratorios participantes recibirán apoyo del proyecto para reforzar sus sistemas de gestión de calidad, adecuar su infraestructura y equipamiento e implementar la norma ISO 17025. Paralelamente se ejecutarán acciones para el fortalecimiento de capacidades institucionales y formación de recursos humanos para dar sostenibilidad al proceso.

A4.2.3. Acreditar ensayos de conformidad con la norma ISO 17025 en los laboratorios seleccionados. Se apoyarán las tareas preparatorias para la acreditación. Se contratarán organismos de acreditación con reconocimiento internacional para la acreditación de ensayos conforme a la Norma ISO 17025 que serán acompañados en sus evaluaciones por los organismos nacionales de acreditación.

Actividad 4.3 Fortalecer los sistemas nacionales de evaluación de la conformidad de productos.

A4.3.1. Elaborar un diagnóstico de los sistemas de evaluación de la conformidad de los productos seleccionados en cada Estado Parte, en relación a su efectividad y en acuerdo con los requerimientos MERCOSUR.

A4.3.2. Proponer un Plan de convergencia de los sistemas de evaluación de la conformidad de los productos seleccionados en cada Estado Parte, con vistas a facilitar el reconocimiento de pares, cuya conveniencia técnica y consistencia jurídica deberá ser consensuada por el SGT-3, previa consideración del Grupo Mercado Común del MERCOSUR.

Un calendario de actividades se presenta como Anexo III.

3. LOCALIZACIÓN Y DURACIÓN

3.1. Localización

El Proyecto tiene una dimensión regional y será ejecutado en los 4 Estados Partes del MERCOSUR (Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay). La coordinación operativa del programa estará a cargo del **Laboratorio Tecnológico del Uruguay (LATU)**.

3.2. Duración

El período de ejecución del convenio será de 60 meses. Este período de ejecución comprenderá dos fases, de acuerdo con las condiciones del artículo 4.1 de las Condiciones Generales (Anexo I del presente Convenio):

Fase de ejecución operativa, que comenzará a partir de la entrada en vigor del convenio de financiación y tendrá una duración de 54 meses.

Fase de cierre, de una duración de 6 meses, que comenzará a partir de la fecha de vencimiento de la fase de ejecución operativa.

De acuerdo con el Artículo 9 de las Condiciones Generales (Anexo I del presente Convenio), los contratos de ejecución del convenio de financiación serán firmados por las dos Partes en el plazo de tres años a partir de la entrada en vigor del convenio de financiación (con la excepción de los contratos de auditoría y evaluación). Este plazo no podrá prorrogarse («cláusula fecha + 3 años »).

4. EJECUCIÓN

4.1 Organización

4.1.1. Delegación de tareas

a) Organización básica:

El Beneficiario del proyecto será el Grupo Mercado Común del MERCOSUR (GMC) en representación de los 4 Estados Parte: Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. (El Grupo Mercado Común del MERCOSUR es el órgano ejecutivo del Mercado Común del Sur (MERCOSUR). Se responsabiliza por todas las acciones que le serán encargadas por el Consejo del Mercado Común, o por las que estime pertinentes de acuerdo al uso de su capacidad de iniciativa. EL GMC fue creado por decisión del CMC N° 04/91).

Se creará un Comité de Dirección que supervisará y validará la dirección y política generales del proyecto. El Comité de Dirección del proyecto se reunirá cuatro veces al año. Se encargará, en particular, de comprobar las propuestas de Presupuestos-Programa elaboradas por el Administrador y el Contable del programa, antes de su elevación al GMC, con los comentarios u observaciones, si los hubiere. Una vez aprobado, el GMC remitirá el presupuesto-programa a la Delegación de la CE en Uruguay para su aprobación definitiva. Los miembros del Comité de Dirección participarán en la evaluación de los procesos de licitación.

Para la ejecución del Programa, el Administrador del Proyecto (que será el LATU) remitirá los presupuestos-programa a consideración de todos los miembros del Comité de Dirección, con la antelación necesaria, por intermedio de la Presidencia Pro Tempore.

El Comité de Dirección del proyecto estará integrado por:

Los representantes de los 4 Estados Parte en el Subgrupo de Trabajo N° 3 “Reglamentos Técnicos y Evaluación de la Conformidad” (Coordinadores Nacionales/Alternos SGT-3).

Los representantes de los 4 Estados Parte en el Subgrupo de Trabajo N° 6 “Medio Ambiente” (Coordinadores Nacionales/Alternos del SGT-6)

El Administrador designado en el Presupuesto-Programa;

Un representante de la Delegación de la Comisión Europea en Uruguay y Paraguay, con el “status” de observador.

Los representantes de los 4 Estados Partes del Comité de Cooperación Técnica (CCT) del MERCOSUR.

El GMC delegará la gestión y ejecución del proyecto al siguiente organismo público no estatal : Laboratorio Tecnológico del Uruguay (LATU) . El LATU, creado el 1 de Abril de 1965, es persona de derecho público no estatal, administrado por un Directorio con la siguiente integración: un delegado del Poder Ejecutivo (Ministerio de Industria, Energía y Minería del Uruguay) que ocupa la Presidencia, y dos Directores delegados por la Cámara de Industrias del Uruguay y el Banco de la República Oriental del Uruguay respectivamente. Es auditado anualmente por el Tribunal de Cuentas de la República Oriental del Uruguay y por una Empresa Privada independiente. Su sistema de gestión ha sido certificado por SQS (Asociación Suiza para la Calidad y la Gestión), según la norma ISO 9001:2000 para todos sus procesos, es el Instituto Metrológico Nacional firmante del MRA del CIPM-BIPM y dispone de una gran variedad de acreditaciones de ensayos y certificaciones de productos y procesos reconocidos internacionalmente.

El contrato de servicios deberá designar explícitamente a las dos personas que asumirán los deberes de autorización (administrador de anticipos) y de pago (responsable contable de los anticipos). De conformidad con los poderes delegados en ellas por el GMC y el LATU el administrador de anticipos y el responsable contable de los anticipos elaborarán y ejecutarán presupuestos-programas consecutivos, adjudicarán los contratos y concederán las subvenciones, comprometerán los gastos y efectuarán los pagos correspondientes.

El administrador de anticipos y el responsable contable de los anticipos presentarán sus informes técnicos, de gestión y financieros al comité de Dirección del proyecto y a través del mismo, a la Presidencia Pro-Témpore del GMC y al jefe de Delegación de la Comisión Europea en Uruguay.

4.1.2 Informes

Se realizarán informes de conformidad con las normas y los procedimientos establecidos en la guía práctica de procedimientos para los presupuestos-programas financiados por el presupuesto general de las Comunidades Europeas (PRESUPUESTO) (enfoque proyecto).

La Comisión se reserva el derecho de pedir al beneficiario que presente informes específicos.

Deben ser establecidos procedimientos específicos para la presentación de cuentas separadas mostrando el uso de los fondos comunitarios y una contabilidad analítica de los fondos de la CE.

4.2 Financiación y Presupuesto

El coste total del proyecto se calcula en dieciocho millones de euros (€18,000.000), de los cuales doce millones (€12,000.000) serán financiados con cargo al presupuesto general de las Comunidades Europeas y 6 millones (€6,000.000) serán financiados por el MERCOSUR. La contribución del MERCOSUR incluye un aporte de €6,000.000., de los cuales €4,800.000 se contabilizarán como gastos de contrapartida en especie y € 1,200.000 en efectivo. Los aportes en especie serán realizados según se detallará en los respectivos presupuestos programas.

La cantidad total de compromisos presupuestarios individuales de anticipos deberá fijarse y comunicarse antes del comienzo de la ejecución del proyecto. El presupuesto de la parte del proyecto para la cual se descentralicen los pagos de los gastos se establecerá del siguiente modo:

Actividades y otros costes	Contribución de la UE	Contribución del MERCOSUR	Otras contribuciones (PYMES)	Recursos propios	TOTAL
	(miles de euros)	(miles de euros)	(miles de euros)	(miles de euros)	(miles de euros)
Actividades					
PCS	1.870	302	498	0	2.670
DYS	1.870	800	0	0	2.670
SGA	1.870	800	0	0	2.670
RT Y PECS	5.610	2.400	0	0	8.010
Subtotal	11.220	4.302	498	0	16.020
Comunicación y Visibilidad	280	0	0	0	280
Gastos de Funcionamiento	0	1.040	0	0	1.040
Otros *	120	80	0	0	200
Imprevistos **	260	0	0	0	260
Control, Evaluación y Auditoría	120	80	0	0	200
Subtotal	780	1.200	0	0	1.980
TOTAL	12.000	5.502	498	0	18.000

* La contribución de la Comunidad Europea al epígrafe «Otros» se utilizará para financiar las reuniones del Comité de Dirección (pasajes y viáticos). La contribución del MERCOSUR e el mismo epígrafe financiará los otros gastos de funcionamiento de la Entidad gestora.

** La contribución de la Comunidad Europea al epígrafe «Imprevistos» solo podrá ser utilizada con el acuerdo previo de la Comisión.

N.A. = no aplicable.

Los ajustes entre las cantidades comprometidas con arreglo a los compromisos presupuestarios individuales específicos y los compromisos presupuestarios individuales de anticipos sólo podrán tener lugar durante el período de «fecha + 3 años».

Los fondos correspondientes al rubro 1.2 (Auditoría, Evaluación y Monitoreo) serán gestionados directamente por la Comisión Europea

El mismo presupuesto presentado por partidas presupuestarias queda definido de la siguiente manera:

	PCS	DyS	SGA	RT y PECS	EGP	TOTAL
1. Servicios	992	1.100	1.000	3.191	200	6.482
1.1. Asistencia Técnica	262	240	280	2.254	0	3.036
1.2 Auditoría, Evaluación y Monitoreo	0	0	0	0	200	200
1.3 Estudios	369	338	347	210	0	1.264
1.4 Formación y capacitación	253	403	240	460	0	1.355
1.5 Intercambios experiencia	108	120	133	267	0	627
2. Suministros	60	60	1.370	4.220	80	5.790
2.1 Equipos y material	60	60	1.370	4.220	80	5.790
3. Obras	20	1.510	300	600	0	2.430
4. Información y Visibilidad	0	0	0	0	280	280
5. Gastos funcionamiento	0	0	0	0	1.160	1.160
5.1 Personal local	0	0	0	0	660	660
5.2 Otros G. funcionamiento	0	0	0	0	500	500
7. Fondos de intervención ambiental	1.598	0	0	0	0	1.598
8. Imprevistos	0	0	0	0	260	260
SUBTOTALES	2.670	2.670	2.670	8.010	1.980	18.000

NB. Conforme a lo establecido en el § 5.2 (b) del Documento Estrategia Regional, los desembolsos de la CE se harán sobre la base del progreso hacia la realización de los objetivos y de los resultados específicos/mensurables establecidos para el proyecto. Esta condición se aplica a los pagos efectuados a partir del 2º año incluido.

4.3 Movilización del presupuesto del proyecto

4.3.1 Grado de descentralización

El proyecto será ejecutado del modo siguiente: **Gestión parcialmente descentralizada**

La preparación, gestión y ejecución de los presupuestos-programas del proyecto deberán cumplir las normas y los procedimientos establecidos en la guía práctica de los

procedimientos para los presupuestos-programas financiados por el presupuesto general de las Comunidades Europeas.

Mediante los presupuestos-programas, los pagos sólo se descentralizarán para los costes de funcionamiento y los contratos cuando el procedimiento de adjudicación para el contrato pertinente se haya descentralizado, hasta los siguientes límites máximos:

Obras	Suministros	Servicios	Subvenciones
< 300.000 euros	< 150.000 euros	< 200.000 euros	< 100.000 euros

El final del plazo de ejecución de los contratos por los que se aplican los convenios de financiación, tanto si se financian con cargo a la parte del presupuesto en régimen de gestión administrativa de los presupuestos-programa como mediante compromisos específicos, exceptuando los contratos de auditoría y evaluación final, así como los contratos de asistencia técnica que impliquen tareas de cierre financiero de los proyectos o programas correspondientes, no podrá superar en ningún caso el final de la fase de ejecución operativa de los correspondientes convenios de financiación.

4.3.2 Procedimientos de contratación pública y de concesión de subvenciones

4.3.2.1 Normas Generales para los contratos descentralizados

Los contratos serán celebrados por el beneficiario, salvo en los casos especificados a continuación.

La Comisión controlará ex ante los procedimientos de contratación por lo que respecta a los contratos de adquisición superiores a 50.000 euros y ex post en lo que respecta a los contratos de compra similares o inferiores a 50.000 euros.

Todos los contratos que apliquen el convenio de financiación deberán ser adjudicados y ejecutados de conformidad con los procedimientos y documentos "modelo" establecidos y publicados por la Comisión para la ejecución de operaciones externas que estén vigentes en el momento de puesta en marcha del procedimiento que se trate. Todos los presupuestos-programa deberán respetar los procedimientos y documentos "modelo" establecidos por la Comisión que estén vigentes en el momento de la adopción de los presupuesto-programa que se trate

Cualquier excepción a las normas y a los procedimientos establecidos y publicados por la Comisión relativos a la adjudicación de contratos en el contexto de la cooperación con terceros países deberá recibir la aprobación previa de la Comisión.

Los contratos financiados exclusivamente con fondos de la contribución nacional se regirán por la legislación y la reglamentación local en la materia.

4.3.2.2 Excepciones a los contratos descentralizados

Los contratos relativos al monitoreo, evaluación externa y auditoría serán celebrados por la Comisión en nombre del beneficiario.

4.3.3 Modalidades de financiación:

La descentralización de los pagos sólo será posible cuando se hayan descentralizado las modalidades de adjudicación para los contratos pertinentes:

Mediante los presupuestos-programas, los pagos se descentralizarán para los costes de funcionamiento y los contratos hasta los siguientes límites máximos:

Obras	Suministros	Servicios	Subvenciones
< 300.000 euros	< 150.000 euros	< 200.000 euros	≤ 100.000 euros

5. SUPERVISIÓN, EVALUACIÓN Y AUDITORÍA

5.1 Supervisión

a) La supervisión técnica y financiera cotidiana será un proceso continuo como parte de las responsabilidades del beneficiario. Con este objeto, el beneficiario establecerá un sistema de supervisión técnica, financiera, permanente e interna del proyecto, que se utilizará para elaborar los informes provisionales.

b) Los asesores independientes contratados directamente por la Comisión con arreglo a los términos de referencia específicamente establecidos realizarán la supervisión externa de resultados (ROM), que en principio comenzará a partir del sexto mes de actividad del proyecto, y concluirá a más tardar 6 meses antes de que finalice la fase de ejecución operativa.

5.2 Evaluación

a) Los asesores independientes contratados directamente por la Comisión con arreglo a un mandato específicamente establecido llevarán a cabo evaluaciones externas, del siguiente modo:

- Una misión de evaluación intermedia;
- Una evaluación final, al principio de la fase de cierre;
- Eventualmente, una evaluación *ex post*.

b) El beneficiario y la Comisión analizarán las conclusiones y recomendaciones de la evaluación intermedia y acordarán conjuntamente el seguimiento que se habrá de dar a las mismas y las adaptaciones a que hubiese lugar, incluyendo, si así procede, la reorientación del proyecto. Los informes de las otras misiones de evaluación y supervisión se entregarán al beneficiario para tener en cuenta cualquier recomendación que pueda resultar de tales misiones.

c) La Comisión informará al beneficiario como mínimo quince días naturales antes de las fechas previstas para las misiones externas. El beneficiario se comprometerá a colaborar eficiente y efectivamente con los expertos en supervisión y/o evaluación y, entre otras cosas, a suministrarles toda la información y documentación que sea necesaria, así como a favorecer su acceso a las instalaciones y a las actividades del proyecto.

5.3 Auditoria y control interno

Sin menoscabo de las auditorias internas y externas que pudiera prescribir la legislación nacional, el Beneficiario hará auditar periódicamente (como mínimo una vez al año) todos los gastos que haya efectuado con cargo a la contribución de la UE. Para este fin el Beneficiario, con el previo acuerdo de la Comisión, celebrará un contrato con una empresa de auditoria externa, con cargo al rubro 5.2 del presupuesto global del programa. Asimismo el Beneficiario hará ejecutar una auditoria final durante la fase de cierre, cuyos resultados serán presentados a la Comisión junto al informe final del proyecto. El informe de auditoria final no debe contener salvedades.

Aparte de estas auditorias periódicas que hará ejecutar el Beneficiario, la CE designará, de conformidad con las normas de contratación de la CE, a un auditor/contable exterior reputado (es decir, un miembro de una empresa internacional o un organismo de auditoria internacionalmente reconocido). El papel de auditor/contable incluirá:

La supervisión de los gastos del proyecto y la auditoria semestral de las cuentas del proyecto para su presentación a la Comisión. El coste correspondiente se pagará como parte de la asignación específica con cargo a la línea presupuestaria «Servicios»;

La supervisión de que la segregación de deberes entre el ordenador nacional y el contable existe y es respetada.

La unidad del LATU encargada de la ejecución del proyecto se asegurará del control interno de las operaciones de gestión.

En caso de que las auditorias llevadas a cabo identifiquen gastos no elegibles, será aplicable el siguiente procedimiento:

La Comisión enviará al beneficiario un informe referente a los gastos no elegibles;

El beneficiario presentará sus comentarios a la Comisión en el plazo de un mes a partir de su recepción del informe;

La Comisión comunicará al beneficiario su decisión final referente a los gastos no elegibles;

El beneficiario transferirá el importe no elegible a la cuenta del proyecto en el plazo de 45 días a partir de la comunicación de la decisión final de la CE. En caso de que no se respete este plazo, la Comisión podrá retirar esta cantidad de los futuros pagos a la cuenta del proyecto.

6. COMUNICACIÓN Y VISIBILIDAD

Con objeto de asegurar a la cooperación desarrollada por la Comunidad Europea la visibilidad necesaria, se realizarán acciones de relaciones públicas y de publicidad para valorizar y dar a conocer el proyecto (newsletters, folletos, artículos y reportajes, visitas, conferencias, seminarios y materiales de promoción, etc.) y sus resultados.

Los criterios para elaborar contenidos de las actividades de comunicación y visibilidad serán definidos por el Comité de Dirección del Proyecto.

El Beneficiario invitará a la Delegación de la Comisión a cuantos eventos de visibilidad se puedan desarrollar

7. DISPOSICIONES ESPECIALES

7.1 Protección del medio ambiente

La acción del programa tendrá como uno de sus objetivos centrales el fortalecimiento de la capacidad de empresas en el campo del respeto a la legislación nacional vigente de protección del medio ambiente.

7.2 Atención a los aspectos de género y de respeto de derechos humanos

En los diferentes ámbitos de ejecución del proyecto, el Beneficiario se compromete a fomentar la igualdad entre hombres y mujeres, sin ningún tipo de discriminación, en la composición del equipo de personal local del mismo y en general el respeto de los derechos humanos.

8. DOCUMENTOS ADJUNTOS

Documento adjunto 1 - Marco lógico.

Documento adjunto 2 - Formulario de identificación financiera

Documento adjunto 3 – Calendario de actividades

Documento adjunto 4 – Acrónimos

XXXIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO SGT Nº 3
“REGULAMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE”
Rio de Janeiro, 18 a 22 de agosto de 2008
ATA 03/08

ANEXO XVII

Agenda da próxima reunião

TEMA
1.- APROVAÇÃO DA AGENDA E INSTRUTIVO PARA OS COORDENADORES DAS COMISSÕES.
2.- PROJETOS DE RESOLUÇÃO que retornam da CONSULTA INTERNA e do âmbito dos Coordenadores Nacionais: P. Res. Nº 02/04 Rev. 1 - RTM de Bombas Medidoras para Combustíveis Líquidos P. Res. Nº 02/08 - RTM sobre Requisitos Mínimos de Segurança e Eficiência Energética para Aparelhos Domésticos que utilizam Gás como Combustível P. Res. Nº 03/08 - RTM sobre Cabos e Condutores Elétricos de baixa tensão P. Res. Nº 01/08 - RTM sobre Corantes em Embalagens e Equipamentos Plásticos destinados a estar em contato com Alimentos (Revogação da Res. GMC Nº 28/93) P. Res. Nº 17/01 Rev. 1 - Requisitos essenciais MERCOSUL de Segurança para Produtos Elétricos de Baixa Tensão
3.- COOPERAÇÃO TÉCNICA -MERCOSUL/UE. -MERCOSUL/PTB
4.- ANÁLISE DO FUNCIONAMIENTO DO SGT Nº 3.
5.- ANDAMENTO DAS RES GMC EM PROCESO DE REVISÃO
6.- REUNIÃO COM A AMN
7.- INCORPORAÇÃO DE RESOLUÇÕES GMC AO OJN
8.- RECEBIMENTO DAS ATAS: - GÁS - AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE - SEGURANÇA DE PRODUTOS ELÉTRICOS - METROLOGIA - ALIMENTOS
9 .TÊXTEIS
10.- OUTROS
11.- ATA DA REUNIÃO
12.- PRÓXIMA REUNIÃO

Cronograma da próxima reunião

COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	SEGUNDA		TERÇA		QUARTA		QUINTA		SEXTA	
	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T
Coordenação Nacional		X	X	X	X	X	X	X	X	
Comissão de Alimentos	X	X	X	X	X	X	X	Ata		
Comissão de Metrologia (Instrumentos)	X	X	X	X	X	X	X	Ata		
Grupo e Trabalho Têxteis	X	X	X	X	X		Ata			
Comissão de Gás	X	X	X	X	X	X	Ata			
Comissão de Avaliação da Conformidade	X	X	X	X	X	X	Ata			
Comissão Segurança de Produtos Elétricos	X	X	X	X	X	X	Ata			